

ENTREVISTA

João Paulo, o sindicalista que governa Recife

INTERNACIONAL

Plebiscito altera cenário sindical na Venezuela

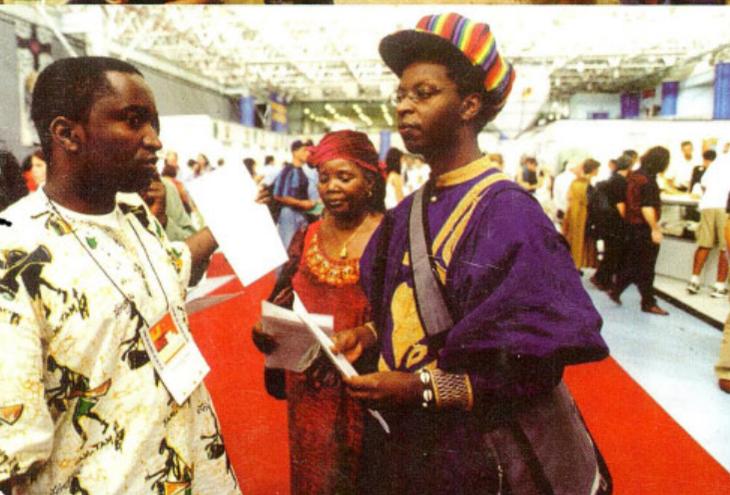
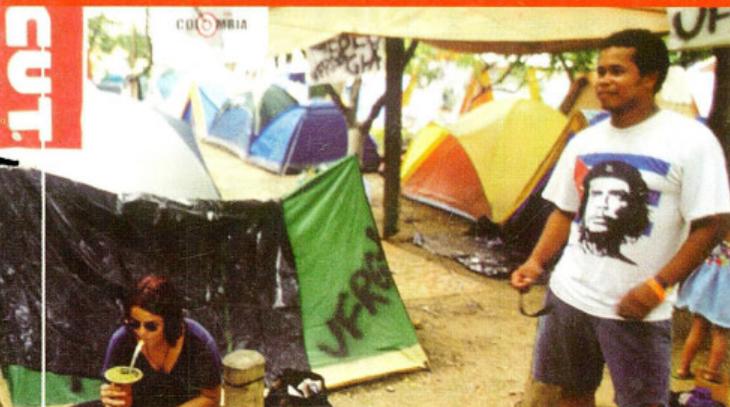
POLÊMICA

O Mercosul e a Alca servem aos trabalhadores?

ANO 14 - Nº 37 - R\$ 7,50 - MAR/ABR/MAI-2001

www.ces.org.br

Debate Sindical



FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

“Um outro mundo é possível”

Do tempo da escravidão até os dias de hoje o mundo do trabalho passou por incontáveis transformações. A evolução tecnológica e o intrincado tecido das relações trabalhistas que se desdobram cotidianamente fazem o pano de fundo da sociedade em que vivemos. Globalização, neoliberalismo, taylorismo, fordismo, toyotismo, qualidade total, leis de mercado, empregabilidade, desemprego estrutural, automação, LER/DORT, sofrimento mental, dentre tantas outras expressões – só para citar as mais recentes – constituem um verdadeiro mosaico de conteúdos que se entrelaçam, constituindo o “tecido” do mundo do trabalho.

Muito longe do “fim da história”, como apregoaram alguns arautos do capitalismo, áreas do conhecimento humano como a economia, a política, a sociologia, a filosofia, a psicologia etc. apontam para horizontes onde a questão social surge como eixo central das discussões. As “utopias” ficam mais próximas e o trabalho se reafirma no mundo de hoje numa perspectiva de centralidade evidente. O pensamento socialista e o humanismo estão vivos e pulsantes.

É disso que trata este livro, do apaixonante mundo do trabalho. Uma coletânea de textos, onde vários autores lançam seus olhares sobre realidades multifacetárias, no final das contas revela um mundo único, com problemas comuns a todos por maiores que sejam as distâncias geográficas. “*O Trabalho no Século XXI – Considerações Para o Futuro do Trabalho*” é assim, antes de tudo, um convite. Um convite à reflexão inevitável: o que nos reserva o futuro?

O TRABALHO NO SÉCULO XXI

CONSIDERAÇÕES PARA O FUTURO DO TRABALHO

ÁLVARO GOMES
ORGANIZADOR

Altamiro Borges
Carlos Valadares
Everaldo Augusto
Graça Druck
Luiz Filgueiras
Marcio Pochmann
Mary Castro
Neide Fonseca
Nilton Vasconcelos
Petilda Vazquez
Raquel Rigotto
Renildo Souza
Ricardo Antunes



Anita Garibaldi

Uma co-edição do Sindicato dos Bancários da Bahia e da Editora Anita Garibaldi.

Pedidos a partir de abril pelo tel.: (11) 289-1331 ou e-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DA BAHIA

FILIADO A CUT



Anita Garibaldi

Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES). Sede: Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010, fone/fax: (0__11) 289-1496

Editor:

Altamiro Borges

Conselho de Redação:

Augusto Buonicore

Guiomar Prates

João Batista Lemos

José Carlos Ruy

Osvaldo Bertolino

Umberto Martins

Conselho Editorial:

Armando Boito

César Benjamin

Clóvis Moura

Décio Saes

Edgard Carone

Emir Sader

Francisco Teixeira

João Pedro Stédile

Luís Fernandes

Luís Paulino

Lucília Machado

Marcos Gomes

Nilton Vasconcelos

Paulo Schilling

Ricardo Antunes

Abigail Pereira

Álvaro Gomes

Augusto Petta

Edson Pimenta

Gilda Almeida

Gilson Reis

Gregório Poço

José Carlos Schulte

Luís Gavazza

Mônica Custódio

Nivaldo Santana

Raquel Guisoni

Sérgio Barroso

Vianeí Martins

Wagner Gomes

Projeto gráfico:

Caco Bisol

Fotos de capa:

Jesus Carlos

Charges:

Marcio Baraldi

Editoração eletrônica:

Sandra Luiz Alves

Edição de fotos:

Maurício Morais

Revisão:

Josenildo Marques

- 4 Um ciclo mais favorável aos trabalhadores**
ALTAMIRO BORGES
- 8 Um sindicalista na prefeitura do Recife**
ENTREVISTA: JOÃO PAULO
- 11 O resultado das privatizações no Brasil**
COLUNA: MARCIO POCHMANN
- 12 A dívida do FGTS e as propostas absurdas**
JANDIRA FEGHALI E LÉCIO MORAES
- 15 FGTS: O que está na mira do governo?**
PAULA BEIGUELMAN
- 17 O sindicalismo diante do Mercosul e da Alca**
POLÊMICA: KJELD JAKOBSEN/SÉRGIO BARROSO/JOSÉ MARIA DE ALMEIDA
- 24 A encarnação de Marx em Porto Alegre**
COLUNA: JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO
- 25 Objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal**
SÉRGIO MIRANDA
- 27 O significado do Fórum Social Mundial**
GUIOMAR PRATES
- 33 Inflação: a percepção e a realidade**
ANTONIO PRADO
- 35 A turbulenta queda do Jumbo-EUA**
LUCIANO COUTINHO
- 37 A luta contra a privatização do Banespa**
ENTREVISTA: EDUARDO RONDINÓ
- 39 Plebiscito retira direitos dos bancários**
ÁLVARO GOMES
- 41 Venezuela enfrenta a burocracia sindical**
BRENO ALTMAN
- 44 Tecnologia e miséria no Vale do Silício**
REBELIÃO
- 46 Os 130 anos da Comuna de Paris**
SÍLVIO COSTA
- 50 A redução da jornada de trabalho na França**
ANDRÉIA GALVÃO
- 54 Resenhas de livros**
ANTONIA RANGEL/JOSÉ DE LIMA SOARES
- 56 Cartas dos leitores**
- 57 Dicas de filmes e Internet**
MANOEL RANGEL/GIOVANNI ALVES
- 58 O Fórum Social, o FGTS e os "radicais"**
COLUNA: JOÃO FELICIO

ALTAMIRO BORGES



João Carlos

Um novo ciclo favorável à luta dos trabalhadores?

No final do ano passado, com a incontestável vitória das oposições nas eleições municipais, muitos analistas passaram a apontar a possibilidade do início de um novo ciclo político no país – de maiores dificuldades para o projeto neoliberal e mais favorável à luta dos trabalhadores. Agora, no primeiro trimestre do novo milênio, fatores adicionais reforçam esta tendência. Por um lado,

Retração econômica nos EUA, fraturas no governo FHC e avanço da resistência ao neoliberalismo. Estes fatos indicariam uma possível alteração da correlação de forças no país

umentam as turbulências econômicas e políticas no campo das classes dominantes; por outro, a resistência ao neoliberalismo ganha maior impulso e consistência. A combinação destes ingredientes pode produzir alterações na correlação de forças.

CRISE DO IMPÉRIO

No terreno econômico, a

novidade perturbadora que salta à vista vem do exterior. A instabilidade da economia, regida pela ortodoxia neoliberal, finalmente atingiu a locomotiva do sistema capitalista: os EUA. Nem mesmo os apologistas do neoliberalismo escondem mais a gravidade do problema. Em recente pronunciamento, o todo poderoso presidente do Fed (o banco central dos EUA), Alan Greenspan, afirmou que a retração da economia norte-americana ainda não atingiu seu ápice. Numa típica crise de superprodução, explicou que o aumento dos estoques das empresas, decorrente da diminuição da demanda, “engendrou uma retração que ainda precisa mostrar todos os seus efeitos”.

No final de fevereiro, o Departamento de Comércio dos EUA divulgou dados que confirmam esse sombrio diagnóstico. Segundo o órgão oficial, em janeiro as encomendas de bens duráveis no país caíram 6% – a maior queda desde outubro passado – e a venda de novas residências despencaram em 10,9% – o pior desempenho dos últimos sete anos. Para piorar o quadro, o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) do quarto trimestre de 2000 caiu para 1,1% – contra os 1,4% projetados inicialmente. O resultado representa a menor taxa de crescimento trimestral em cinco anos e meio.

Para conter a persistente tendência recessiva, o Federal Reserve Bank (Fed) sinaliza que pode usar novamente o expediente da redução da taxa de juros. Ocorre que esta medida de política monetária já foi utilizada três vezes consecutivas e ainda não resultou em novo fôlego para a

economia. Só para ilustrar, no mês passado o índice de confiança do consumidor norte-americano atingiu seu valor mais baixo desde junho de 1996. E o próprio Greenspan fez o alerta: “A quebra na confiança é uma das razões pelas quais as recessões são tão difíceis de se prever”.

REFLEXOS NA COLÔNIA

Hoje ninguém mais dúvida de que a economia dos EUA vive uma delicada fase de desaceleração. As polêmicas, muitas vezes diversionistas, ficam por conta da violência da freada – se será uma aterrissagem suave (*soft landing*) ou um pouso brusco (*hard landing*) – e sobre os seus impactos na economia “globalizada”. Este dilema tem atormentando o sono dos neoliberais no mundo todo, que temem pelo esgotamento do seu projeto, pela falência do tal “pensamento único”. Como reconhece Álvaro Bandeira, diretor da corretora Ágora, “se a locomotiva vai mal, o resto não pode ir bem”.

A revista empresarial *Exame*, destacada porta-voz do neoliberalismo no Brasil, não esconde mais o seu temor. “Quem olha para os números da economia americana se dá conta de que, de fato, o trem começa a perder o fôlego. ‘A taxa de crescimento econômico está muito perto do zero’, diz Alan Greenspan. Segundo algumas projeções, o PIB poderá cair no primeiro trimestre deste ano. A produtividade está em queda e o desemprego, em alta. A pergunta que se coloca é: o que acontecerá agora que o guarda-chuva se foi? E o Brasil, vai se dar mal nessa história?”

FAVELA E DOENÇA

Segundo levantamento do IBGE, o Brasil encerrou o século passado com 3.905 favelas em todo o seu território. O aumento mais acelerado ocorreu na década de 90, em especial no reinado de FHC, com uma alta de 22,5% (717 a mais). Não por acaso, o Ministério da Saúde também reconheceu o aumento de doenças causadas pela miséria social. No ano passado, morreram 39 brasileiros por febre amarela; foram registrados 2.579 casos de leptospirose, dos quais 224 resultaram em morte; e ocorreram 210 mil casos de dengue, com três mortos.

TRABALHO INFANTIL

Relatório recente da Unicef, órgão da ONU responsável pela infância, calcula que 2 milhões e 900 mil crianças e adolescentes trabalhem no Brasil. Por ferir as normas legais, o emprego é “oculto”, sem qualquer direito trabalhista, como férias e 13º salário. No Nordeste, onde o trabalho infantil ajuda na manutenção das famílias, crianças são exploradas mais de 10 horas por dia em inúmeras atividades de alto risco à saúde, como nas empresas madeireiras.

SOCIÓLOGO DITADOR

Na sua briga com FHC, Antonio Carlos Magalhães, ex-presidente do Senado, cunhou uma frase de quem conhece bem as “práticas democráticas” do atual ocupante do Planalto. Disse que o presidente é “um sociólogo ditador”. Prova disso é que nos seus seis anos de mandato, FHC editou 227 Medidas Provisórias e reeditou outras 4.451, num total desprezo ao Poder Legislativo. Ele foi responsável por 85,6% das MPs desde a sua criação, após o fim do regime militar, sempre com o apoio subserviente dos parlamentares governistas, como o próprio ACM.

A IBM NAZISTA

A publicação do livro “A IBM e o Holocausto”, do jornalista americano Edwin Black, tem estimulado os sobreviventes da barbárie nazista a impetrem ações contra a multinacional da informática. A obra comprova que a empresa forneceu máquinas ao ditador Adolf Hitler, ciente de que seriam usadas no genocídio. A subsidiária da IBM na Alemanha, a Deutsche Hollerith, usou a tecnologia para cadastrar vítimas e administrar campos de concentração.

CRISE NO EQUADOR

O vizinho Equador, que no ano passado presenciou uma insurreição popular que derrubou o governo, vive novamente sob tensão. O sucessor na presidência, Gustavo Noboa, baixou um pacote econômico recessivo, decretou estado de emergência (suspendendo as liberdades políticas) e rompeu o diálogo com a Conaie (Confederação das Nações Indígenas do Equador), que representa dois terços da população do país. Tais medidas geraram nova onda de revolta em fevereiro, resultando em centenas de feridos e três mortos. Diante dos protestos, Noboa foi obrigado a recuar.

MARCHA NO MÉXICO

Durante sua campanha eleitoral, Vicente Fox – eleito presidente do México e ex-diretor da empresa americana Coca-Cola – prometeu firmar a paz em Chiapas e atender as demandas das comunidades indígenas. Para cobrar o compromisso, o Exército Zapatista de Libertação Nacional organizou uma marcha, composta por 30 ônibus e 20 caminhões, que percorre 12 estados com destino à cidade do México. Para o líder do EZLN, subcomandante Marcos, “o governo quer uma paz só de imagem, para vender a seus sócios do norte”.

Ainda é cedo para sentir os efeitos concretos da “aterrissagem” norte-americana no Brasil. Sabe-se que ela pode afetar o país de diversas maneiras. Uma delas é com a redução das exportações para os EUA, prejudicando ainda mais a balança comercial brasileira. A outra, motivo de verdadeiro pânico entre os tecnocratas do Planalto, é com a queda do fluxo de capital externo, decisivo para equilibrar o déficit estrutural e crônico do Brasil. A redução dos investimentos externos também pode resultar no fechamento ou enxugamento de empresas instaladas no país, gerando nova onda de desemprego.

FRATURAS POLÍTICAS

Apesar dos previsíveis reflexos negativos, o governo FHC ainda insiste em divulgar a imagem de um futuro róseo. Alardeando o modesto crescimento de 4% no PIB em 2000, procura esconder que o país encontra-se totalmente dependente do que ocorre no exterior. “Um espirro nos EUA gera uma pneumonia no Brasil”, brincam alguns. Com a sua fidelidade canina às ordens do FMI, o atual governo tornou ainda mais vulnerável a economia brasileira. As riquezas produzidas aqui são canalizadas para o pagamento dos juros e amortizações da dívida externa – de mais de US\$ 230 bilhões – e para a remessa de lucros ao exterior – que aumentou cinco vezes no reinado de FHC.

Só que esta orientação econômica, de marca neoliberal, sofre cada vez mais percalços. Ela acelera o processo de “desconstrução” nacional e agrava as condições de vida do povo. Em

outubro passado, a insatisfação popular já desaguou nas urnas, com a vitória das forças de oposição nos principais centros urbanos do país. Agora, ela gera fraturas na própria base governista. Prevendo dificuldades na disputa sucessória de 2002, setores identificados com o neoliberalismo tentam se reciclar. Falam em combate à miséria, em políticas sociais compensatórias e na retomada do desenvolvimento.

Estas cisões no bloco dominante atingiram seu auge com a dissidência do ex-presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães. Sentindo-se escanteado na eleição do Congresso Nacional, ACM atirou para todos os lados. Acusou o governo de acobertar corruptos – “O que pega o Eduardo Jorge (ex-secretário geral de FHC) são os sigilos bancários de 94 e 98. Se pegar o Eduardo Jorge, chega ao presidente”. E também condenou os rumos econômicos do país, que “não pode viver sob a farsa de dizer que a economia vai bem quando a dívida externa está estourando”. A reação do governo foi sintomática. Demitiu os dois ministros ligados ao cacique baiano e anunciou um plano para “recompor a base aliada”, o que indica que está em curso um realinhamento do bloco dominante.

Segundo Luciano Coutinho, professor da Unicamp, estas tensões não são passageiras e tendem a crescer no próximo período, numa relação dialética entre economia e política. “A fragilidade da economia brasileira – dada pela grande vulnerabilidade das contas externas deficitárias e pela alta sensibilidade da rolagem da dívida interna concentrada no curto prazo – ficará em evidência



à medida que a incerteza política ganha vulto nos próximos meses... Será inevitável que a incerteza sucessória afete a política macroeconômica, especialmente a partir do segundo semestre deste ano”.

RESISTÊNCIA POPULAR

Neste cenário, de crises e fraturas no bloco dominante, um fator que renova as esperanças é que os explorados e oprimidos dão novo impulso à resistência contra o neoliberalismo. Depois da vitória das esquerdas nas eleições do ano passado, o Fórum Social Mundial, nos últimos dias de janeiro, representou um expressivo alento para os setores populares e democráticos da sociedade. O evento, que reuniu pessoas indignadas do mundo inteiro, não só condenou as mazelas do neoliberalismo, como avançou, na sua pluralidade, na elaboração de uma plataforma alternativa a este projeto. Como afirmou o escritor Luis Fernando

Veríssimo, no ato de encerramento, “o que aconteceu nestes cinco dias históricos de Porto Alegre foi uma tentativa de resgatar o parâmetro humano”.

Todos estes acontecimentos, entretanto, não permitem uma avaliação voluntarista sobre o fiasco do neoliberalismo, no mundo e no Brasil. Apesar dos sinais de esgotamento, este projeto do capital continua hegemônico e possui margens de manobra. Já as forças populares, mais reanimadas, ainda se encontram na defensiva. Há inúmeras limitações neste campo. A luta dos trabalhadores ainda se dá de forma tímida e fragmentada; a unidade das forças antineoliberais mantém-se precária; alguns setores acreditam na humanização da “globalização” e outros pregam ações isolacionistas, sectárias; e a construção de uma plataforma alternativa exequível ainda demanda muito esforço.

Altamiro Borges é jornalista, membro da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES) e editor da revista Debate Sindical. Correio eletrônico: aaborge@attglobal.net

SINDICAL

DEMISSÃO ADIADA

A Whirlpool Corporation, multinacional americana que controla a Multibrás no Brasil, adiou para 2002 o fechamento das fábricas Brastemp e Consul no ABC paulista. O anúncio foi em Miami (EUA) após reunião da direção do grupo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo Campo, Luiz Marinho, que solicitou “um prazo maior para que os funcionários possam se requalificar profissionalmente”. Em janeiro, a multinacional decidiu demitir os 1.050 operários lotados no ABC e transferir a fábrica de geladeiras para Joinville (SC), onde o piso salarial equívale à metade.

GOLPE TRABALHISTA

Em sua recente viagem ao exterior, o presidente FHC voltou a insistir no projeto de “reforma” das leis trabalhistas. Ao mesmo tempo, o ministro Alcides Tápias, do “desenvolvimento”, garantiu que até 2002 “terá sido flexibilizada a legislação, no pressuposto de que os custos salariais no país atrapalham a competitividade das empresas”. Para completar o perigoso coro, o presidente da Fiesp, Horácio Piva, pediu pressa no projeto: “O Brasil não pode se dar ao luxo de perder mais tempo”. O alvo é o artigo 7º da Constituição, que garante os direitos trabalhistas.

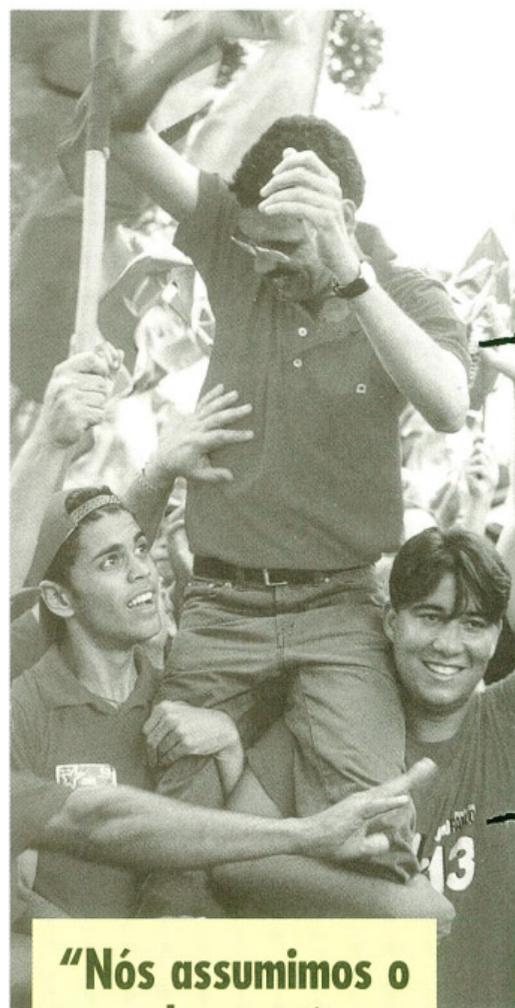
ONDA DE CORTES

A multinacional germano-americana Daimler-Crysler, um das maiores montadoras de veículos do mundo, anunciou em fevereiro um plano de reestruturação que prevê a demissão de 35 mil operários. Só no Japão, a Mitsubishi Motors, sob seu controle acionário, promoverá o corte de 9.500 empregos. Para justificar a drástica decisão, a Daimler-Crysler alegou prejuízo de US\$ 269 milhões no último quadrimestre – só que o seu lucro no ano foi de US\$ 4,7 bilhões.

Um sindicalista na prefeitura de Recife

O metalúrgico João Paulo (PT), eleito pela Frente de Esquerda (PT/ PCdoB/ PCB/PGT) para a prefeitura da cidade do Recife, assume o cargo como primeiro prefeito sindicalista e operário do estado de Pernambuco. João Paulo iniciou sua carreira política na militância da JOC (Juventude Operária Católica), em 1972. Em 1979, ajudou a fundar o PT em Pernambuco e, em 1984, foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco. O sindicalista também foi o primeiro presidente da CUT/PE, primeiro parlamentar do PT na Câmara dos Vereadores do

Recife e, em 1990, foi eleito deputado estadual, sendo reeleito em 1994, desta vez como candidato mais votado do Recife. Em 1998, completou mais um ano de reeleição como o mais votado no Estado. Agora, no início do novo século, João Paulo enfrentará a árdua tarefa de dirigir uma das principais capitais do Nordeste. Em entrevista concedida à revista *Debate Sindical*, o prefeito comenta sobre a vitória das esquerdas em todo país e esclarece sua opinião sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, a relação com o movimento sindical e o combate ao neoliberalismo.



“Nós assumimos o poder, porém continuamos em oposição a essa estrutura de exclusão social”

Debate Sindical: Qual o significado da vitória da oposição em Pernambuco e no país?

João Paulo: Eu acho que nós estamos vivendo um processo de luta de classes muito acirrada e percebemos, em nível internacional, o surgimento, de referência de esquerda, de um modelo que pode se contrapor a essa forma, o neoliberalismo, cada vez mais cruel de dominação econômica, tecnológica e política. Estamos vendo crescer o patamar de desigualdades sociais nos países industrializados, países subdesenvolvidos ou em fase de desenvolvimento. Por outro lado, também assistimos a um processo de globalização da economia com uma interferência muito grande das nações estrangeiras em nosso país, numa dependência que se torna cada vez maior dos nossos governantes.

Deste ponto de vista, eu acho que a vitória da esquerda, em contraposição a esse modelo de desenvolvimento, foi extremamente salutar e reacende as esperanças de uma transformação. Estamos dando os primeiros passos e ocupando os primeiros espaços do poder para romper com essa concepção capitalista de modelo de desenvolvimento da humanidade em que as pessoas e os povos só são respeitados por seu poder econômico. Nós queremos respeito, acima de tudo, pela condição de ser humano.

Qual o reflexo da Lei de Responsabilidade Fiscal em Recife?

João Paulo: No que tange a



“A Lei de Responsabilidade Fiscal coloca uma camisa de força no movimento sindical. Muitos governantes dirão que não poderão fazer reajustes devido à lei”

moralidade nos gastos públicos, a lei é importante. Agora, ela é muito grave na medida em que não é fruto de uma coisa espontânea e natural, existindo, por trás, uma estratégia política. Nesse caso, entendo que esta lei está a serviço do FMI. Primeiro, porque o governo estabelece na lei que 60% do orçamento geral da União será para pagamento das dívidas internas e externas. Segundo, a lei limita o teto de pagamento com servidores e com os gastos sociais, mas não limita o pagamento de credores, tendo eles tudo assegurado. Terceiro, ela tem outro componente preocupante: um governante pode estar precisando contratar educadores e médicos e não poderá fazê-lo.

Temos, como exemplo, a prefeitura de Camaragibe (PE), onde se têm postos de saúde prestes a serem inaugurados, porém não se pode contratar profissionais para não contrariar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Há toda uma estrutura montada

que não pode ser inaugurada por causa da folha de pagamento, e aí quem perde é a população. Outro problema é que a lei não estabelece nenhum controle sobre o retorno social desses gastos. Não há contraponto que possa garantir que os recursos, efetivamente, serão aplicados em fundos sociais. Essa é uma lei privada com distorções que devem ser corrigidas.

Com a Lei de Responsabilidade Fiscal existe uma expressa redução de receita com pessoal. Para o governo, qual o melhor caminho para atender as demandas sindicais, por exemplo?

João Paulo: Esta lei coloca uma camisa de força no movimento sindical, porque a arrecadação do município não cresce e dessa forma muitos governantes dirão que não poderão fazer reajustes salariais devido à lei.

A cidade apresenta uma dívida pública maior do que a que foi apresentada na prestação de contas da gestão anterior. Diante desse fato, qual a proposta de seu governo para equacioná-la?

João Paulo: A cada dia aparece uma nova dívida. A nossa secretaria de finanças ainda não tem dados fechados. Em muitas questões, até o governo passado mostrou-se surpreso com os números que estamos encontrando.

“O movimento sindical, assim como outros movimentos, terá abertura para discussões com grande capacidade de negociação em nossa administração”

Os militantes do movimento sindical tiveram importante papel na vitória das esquerdas nas eleições. A sua história também tem origem no movimento sindical. Mas algumas contradições mal resolvidas poderão desgastar a liderança sindical ou até mesmo o governante progressista. Essa situação pode dar vazão a manobras da direita. Na sua opinião,

como pode se evitar esse constrangimento?

João Paulo: Eu acho que nós temos que entender que assumimos o poder e vamos ter uma forte oposição, estando cientes de que a mesma está organizando um governo paralelo para se contrapor a nós. Tudo isso vai depender da estratégia que nós vamos montar. Há a necessidade de nós fazermos um bom governo e de responder, dentro do possível e com o máximo de esforço, às demandas sociais. O movimento sindical, assim como outros movimentos, terá abertura para discussões com grande capacidade de negociação. O que o movimento sindical também tem que entender é que nós assumimos o poder, porém continuamos em oposição a essa estrutura de exclusão social.

Em seu discurso de posse, o senhor apresentou três diretrizes do seu governo: combate às políticas neoliberais; execução de um governo radicalmente democrático; e a tentativa de construção de uma cidade sustentável e socialmente justa. Como prefeito, como o senhor contribuirá na construção da unidade de oposição ao projeto neoliberal no Recife?

O combate será do ponto de vista da articulação, garantindo que a população discuta 100% do orçamento da cidade em obras prioritárias e ações de melhoria de qualidade de vida. Também faremos articulações com prefeitos de outras cidades.

Entrevista concedida à jornalista Tuca Siqueira



MARCIO POCHMANN

O Brasil após 10 anos de privatização

A mudança no modelo econômico a partir de 1990 foi o grande imperativo do processo de revisão do papel do Estado, especialmente com a adoção do processo de privatização. O desmonte do setor estatal foi alardeado como um dos principais passos para que o país pudesse alcançar uma situação superior à verificada nos anos 80.

Após 10 anos de revisão do papel do Estado, constata-se que o Brasil permaneceu prisioneiro do processo de financeirização da riqueza, amargando a ausência de crescimento econômico sustentado, pois o setor privado seguiu incapaz de promover o desenvolvimento socioeconômico necessário e urgente. Por conta disso, os problemas sociais cresceram de dimensão, empurrando o país, cada vez mais, para uma situação de esgarçamento do tecido social sem expressão histórica anterior.

Paralelamente assiste-se ao ingresso de grandes somas de recursos internacionais, responsáveis, em parte, pela própria desnacionalização do setor produtivo estatal. Em 1999, cerca de 32,8% da totalidade dos serviços públicos estavam concentrados no Estado, enquanto, em 1989, era 100%.

EXPLOÇÃO DO DESEMPREGO

O crescimento do setor



Desmonte do Estado resulta na eliminação de 546 mil empregos

privado no comando da economia brasileira, nos anos 90, veio acompanhado da explosão do desemprego. Em grande medida, o processo de revisão do papel do Estado, estimulado pela privatização do setor estatal, contribuiu para a explosão das demissões nas empresas públicas, sem a necessária contrapartida da geração de novas vagas no setor privado.

O déficit no emprego ocorrido nas atividades econômicas ocupadas anteriormente pelo Estado foi de praticamente 546 mil postos de trabalho nos anos 90. Assim, quase 20% dos 3,2 milhões de empregos assalariados com contrato de trabalho destruídos nos últimos 10 anos foram de responsabilidade do processo de

revisão do papel do Estado no Brasil.

AUMENTO DA DESIGUALDADE

Entre os principais argumentos utilizados pelos defensores da revisão do papel do Estado, com transferência do patrimônio estatal para o setor privado, era a centralização e o adicional dos gastos nas áreas sociais. Contudo, nota-se que aconteceu uma enorme transferência de receita pública para o setor financeiro, em atendimento do pagamento dos serviços do endividamento. Além disso, os procedimentos adotados para a privatização do setor público perseguiram o ajuste fiscal, que se mostra de caráter permanente.

Não se deve esquecer também que para um país de graves desigualdades regionais e sociais, o predomínio do acesso aos serviços básicos a partir da iniciativa privada termina por potencializar ainda mais as diferenças. Como norma de funcionamento do setor privado, bens e serviços são fornecidos toda a vez que houver capacidade aquisitiva suficiente para cobrir custos e margens de lucros. Ou seja, as regiões geográficas menos desenvolvidas e parcelas mais pobres da população correm o sério risco de ficar desprestigiadas em investimentos e fornecimento de bens e serviços toda a vez que não apresentarem suficiente capacidade aquisitiva, o que significa maior desigualdade regional, social e econômica. É para onde o Brasil caminha.

Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia da Unicamp/SP e coordenador de projetos sociais da prefeitura de São Paulo

JANDIRA FEGHALI E LÉCIO MORAES

A dívida do FGTS é um direito

Mais uma polêmica volta a cercar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Criado pela Lei 5.106, em 1966, o FGTS surgiu como alternativa para o fim da estabilidade no emprego existente até então, quando o trabalhador tinha essa garantia após dez anos de vínculo com a mesma empresa.

A discussão recente envolve a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), tomada por 11 votos a zero, em agosto do ano passado, determinando a correção de 69,8% como reposição das perdas provocadas pelos planos econômicos Verão, de 1989, e Collor I, de 1990. A decisão foi resultado de uma ação de 33 trabalhadores gaúchos.

A partir daí um turbilhão de processos ingressaram na Justiça. Foram 550 mil na Primeira Instância, 40 mil no Superior Tribunal de Justiça (STJ), 10 mil no STF. Na Internet, apenas um provedor que dava informações sobre o FGTS recebeu 75 mil consultas somente em janeiro deste ano.

A reação do governo foi a de sempre. Primeiro negou-se a reconhecer as perdas. Em seguida, ignorou a decisão da Justiça de que deveria pagar. Depois viu que não tinha outra alternativa e resolveu apresentar uma proposta mandando a data de pagamento para as calendas gregas.

PROPOSTA INACEITÁVEL

No dia 20 de fevereiro, após meses de adiamento, o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, apresentou às centrais sindicais a



Dinheiro há, mas o problema é político; em 1999, o governo pagou com juros das dívidas R\$ 84,4 bilhões

proposta do governo. São quinze medidas para que os trabalhadores "escolham" aquelas necessárias para pagar a

devolução, estimada em R\$ 48 bilhões, num longo prazo de sete anos. Em outras palavras, quem vem tendo prejuízo há doze anos ainda terá que esperar mais sete para recuperar o que o governo garkou. Vejamos as propostas:

1- Destinar valor correspondente a 1% da folha de salário ao FGTS. Isso resultaria num aumento patrimonial do fundo de R\$ 22,4 bilhões ao final de sete anos;

2- Destinar valor correspondente a 0,5% da folha de salário

do trabalhador



ao FGTS, resultando em R\$ 11,2 bilhões ao final de sete anos;

3- Transferir para o FGTS 50% da arrecadação sobre folha de pagamento destinada ao sistema "S" (Sebrae, Sesi, Senac, etc.). Ao final de sete anos a medida resultaria em R\$ 10,1 bilhões;

4- Reduzir a contribuição de 8% para 7% e destinar valor correspondente a 1% da folha de salário ao FGTS. Isso resultaria em R\$ 20,3 bilhões ao final do período de sete anos;

Proposta joga sobre os trabalhadores o principal ônus da devolução e implica num novo aumento dos encargos trabalhistas

5- Reduzir a contribuição de 8% para 7,5% e destinar 0,5% ao FGTS, resultando em R\$ 10,2 em sete anos;

6- Destinar valor de 40% da multa rescisória ao FGTS, o que daria R\$ 38,8 bilhões ao final de sete anos;

7- Destinar 30 pontos percentuais da multa para o FGTS, alcançando R\$ 30,5 bilhões ao final de sete anos;

8- Destinar 25 pontos percentuais da multa para o FGTS, atingindo R\$ 25,8 bilhões;

9- Destinar 20 pontos percentuais da multa para o FGTS, representando aumento patrimonial do fundo de R\$ 21,2 bilhões ao final de sete anos;

10- Destinar 15 pontos percentuais da multa para o FGTS, dando R\$ 16,5 bilhões ao final do período;

11- Destinar 10 pontos percentuais da multa para o

FGTS, dando R\$ 11,8 bilhões;

12- Reduzir as aplicações em habitação e saneamento para R\$ 2 bilhões nos anos 2001 e 2002 e para R\$ 1 bilhão nos demais anos. Isso poderia gerar R\$ 2,2 bilhões ao final de sete anos;

13- Reduzir os juros de remuneração dos saldos das contas (todo o estoque) de 3% para 2% ao ano, o que renderia R\$ 8,4 bilhões;

14- Aumentar a taxa de novos empréstimos de 6% para 7%. Isso resultaria em R\$ 900 milhões;

15- Aumentar a taxa de novos empréstimos de 6% para 8%, o que renderia R\$ 1,8 bilhões.

O conjunto das medidas joga sobre os trabalhadores o principal ônus da devolução. Também implica em novo aumento dos encargos trabalhistas. Seis das quinze medidas são diferentes opções de reter a multa de 40% por despedida imotivada.

Embora esse grupo de proposta possa ser alterado, o ministro Dornelles já deixou claro o que é central para o governo: o Tesouro Nacional não entrará com recursos na devolução para o pagamento e o dinheiro terá que sair do próprio Fundo.

"ESQUELETOS" DO GOVERNO

A dívida atual decorre da diferença de índices de correção aplicados sobre os saldos das contas individuais por ocasião da implantação dos Planos Verão e Collor. Na época, a legislação permitia que se fizesse a correção monetária reajustando as contas individuais e o valor das quotas. Isso permitia manter equilibrado os recursos do Fundo.

A correção feita abaixo dos índices inflacionários teve como

Proposta de pagar a devolução num longo prazo de sete anos

conseqüência uma diminuição do saldo das contas individuais. Por isso, a idéia do governo de que a dívida é do Fundo não procede. Primeiro, porque a decisão de corrigir os saldos com um índice menor foi do governo. Segundo, porque o Fundo não se beneficiou com essa correção, pois seu patrimônio líquido não se alterou.

A decisão do STF é uma conquista dos trabalhadores. Mas outras dívidas, conhecidas na linguagem oficial como “esqueletos”, já foram reconhecidas durante o governo FHC e seu valor total ultrapassa o volume de recursos do FGTS. A maioria delas decorre de dívidas contraídas por estatais privatizadas e autarquias extintas, estimadas em R\$ 30 bilhões. Todos esses débitos foram assimilados como de responsabilidade da União.

Vale a pena destacar que esses reconhecimentos foram, com raras exceções, administrativos, negociados no âmbito do Ministério da Fazenda, sem qualquer discussão pública e mediante Medidas Provisórias, com base em exposições de motivos do ministro Pedro Malan, da Fazenda. Até julho de 2000, último dado disponível, o Tesouro Nacional já tinha assumido dívidas da ordem de R\$ 45,1 bilhões. Nesses, as dívidas do Banco Meridional representaram R\$ 714 milhões; da rica Embraer, R\$ 230 milhões; da Siderbrás, R\$ 7,7 bilhões; da Sunamam, R\$ 4,2 bilhões; e assim por diante.

Quem manipulou os dados inflacionários na correção do FGTS foi o governo. Portanto, a solução tem que vir daí e não jogar a responsabilidade desta dívida ao Fundo. E a solução só

Giuseppe Arcimboldo, O Imperador, 1590



CUT e outras centrais podem sentar com o governo, mas para exigir o pagamento imediato; não cabe ação propositiva neste caso

será justa se atender ao mesmo tempo a demanda dos assalariados e o equilíbrio do FGTS.

EQUIVOCO DAS CENTRAIS

Essa discussão tem envolvido amplos setores sociais. O pagamento das perdas deve ser feito de forma urgente. Mas infelizmente as soluções apresentadas pelas entidades sindicais até agora têm sido inadequadas. A CUT e as outras centrais podem sentar com o governo, mas para exigir o pagamento imediato. Devem ter

uma posição de firmeza e intransigência pelo pagamento. Não cabe atuação propositiva neste caso. O governo está em crise, querendo adiar tudo em função de compromissos com o ajuste fiscal e o FMI. As entidades sindicais devem resolver o problema do trabalhador e não do governo, que foi quem criou e acionou a bomba.

As alternativas não podem passar por caminhos que punam ainda mais os trabalhadores ou provoquem angústias e apertos ao setor produtivo nacional. Portanto, o que temos a fazer é exigir o pagamento imediato dessas perdas. Quem já esperou 12 anos não pode esperar mais sete. Ou seja, duas gerações para que o governo acerte os prejuízos impostos aos trabalhadores. Ainda mais quando sabemos que a dívida junto a 91% dos trabalhadores será paga com menos de R\$10 bilhões.

O ajuste fiscal ou outra exigência estapafúrdia imposta pelo FMI não pode se sobrepor a vida de 60 milhões de brasileiros que foram prejudicados pelas políticas econômicas do governo federal. Dinheiro há, mas o problema é político e a prioridade do governo é outra. Só para se ter uma idéia, em 1999, o governo Fernando Henrique pagou, somente com juros das dívidas interna e externa, R\$ 84,4 bilhões. O orçamento deste ano prevê algo em torno de R\$ 80 bilhões. Existe dinheiro, mas o governo é regido pela lógica da acumulação do capital e não pelo social.

Jandira Feghali é médica, deputada federal pelo Rio de Janeiro e membro do Comitê Central do PCdoB. Lécio Moraes é economista e assessor da liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados

A questão da multa de 40% sobre o saldo do FGTS

A mira da estratégia governamental está voltada, como em 1999, para a multa rescisória dos demitidos sem justa causa

PAULA BEIGUELMAN

No segundo semestre de 1999, com o processo de precarização das relações trabalhistas em curso (banco de horas, contrato temporário, etc.), o governo passava a uma nova investida, desta vez tendo como alvo o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Em fins de novembro, o ministro Dornelles recebia um relatório, encomendado havia cerca de cinco meses a um grupo de economistas da USP, PUC/RJ e Ipea. Tratava-se, em essência, de unificar o Fundo de Garantia e o seguro-desemprego. A multa de 40% sobre o saldo no FGTS, que em caso de demissão sem justa causa é paga ao trabalhador, seria transferida para um fundo do governo e não mais entregue ao demitido. O objetivo seria reunir recursos “para o combate à pobreza e o apoio aos desempregados que se encontram na informalidade”. Por isso, também era recomendada a

Peter Brueghel, A torre de Babel, 1563



liberação de recursos do Pis-Pasep, financiadores do seguro-desemprego.

Os dirigentes das diversas centrais sindicais imediatamente denunciaram o projetado calote contra os trabalhadores, identificando ainda a intenção do Ministério do Trabalho de apropriar-se do conjunto dos saldos do FGTS. Perceberam também a ameaça ao patrimônio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cujos recursos são utilizados, entre outras destinações, na qualificação de trabalhadores e no pagamento de seguro-desemprego.

Em suma, as centrais repudiaram a sugestão de unificar o FGTS e o seguro-desemprego,

condenando especialmente a perda do direito dos trabalhadores à multa nos casos de dispensa sem justa causa. Como observavam os sindicalistas, o governo não levava em consideração que o FGTS constitui a principal reserva financeira para a maioria dos assalariados, que contam com tais recursos para fins habitacionais e, em caso de desemprego, para financiar as despesas da família por algum tempo.

ARGUMENTO ABSURDO

Para justificar essa pretensão, que provocava a compreensível repulsa dos trabalhadores, valia tudo, até o absurdo argumento de

Para o governo, a sociedade deve pagar a conta do confisco

que se tratava de uma forma de coibir as demissões. Numa conjuntura de desemprego como a nossa, o trabalhador era suspeito de “negociar” sua demissão, a fim de receber a “bolada” (sic) do saque no FGTS e, quem sabe, conseguir ser reempregado informalmente!

Tais foram os protestos, que o presidente da República recomendou ao ministro do Trabalho que não apresentasse a proposta como encampada pelo governo. A idéia era apenas “abrir o debate e acompanhar a reação”. Ou esperar ocasião mais oportuna. O ministro Dornelles, inconformado, criticava a resistência dos trabalhadores: “A força política dos sindicatos vem de São Paulo, por isso as lideranças não se preocupam com os trabalhadores pobres”... Na verdade, o governo, simulando preocupação com a pobreza e os informais, pretendia que os benefícios a eles, realmente necessários, fossem financiados pelos trabalhadores com carteira assinada!

A pretensão governamental continuou hibernando por mais um semestre. Até que em agosto de 2000 um grupo de trabalhadores conquistou na Justiça, inicialmente de forma parcial, o direito à correção do expurgo dos planos econômicos Verão e Collor-1 no saldo das contas do FGTS. A pressão contrária do governo sobre o Supremo Tribunal Federal (STF) foi intensa, mas o direito dos trabalhadores foi plenamente reconhecido, sendo publicado o correspondente acórdão em 13 de outubro. Correlatadamente, era fixado em 68,9% o índice de correção.

Ainda em setembro, à vista do rumo judicial que a questão tomava, o governo simulou uma

convergência com o interesse dos sindicalistas. Assim, no dia 21, a dez dias das eleições municipais, o presidente da República fazia saber ao país que estenderia a correção a todos os trabalhadores abrangidos e não apenas aos que haviam movido ou movessem ações. A notícia foi comemorada com júbilo pelos presidentes do STF e do Superior Tribunal de Justiça. Contudo, o anúncio da extensão automática do direito ao ressarcimento marcava na verdade – para depois de passada a eleição – o início da manobra protelatória que, tantos meses depois, ainda prossegue.

GOLPE DESCABIDO

De maneira absurda, as entidades operárias e patronais eram incumbidas de entender-se com o ministro do Trabalho para cuidar, sem qualquer auxílio do Tesouro Nacional, da capitalização do FGTS, provendo-lhe os cerca de 40 bilhões de reais expurgados das contas dos trabalhadores e que por decisão judicial devem ser devolvidos a eles. Segundo o governo, alguém tem que pagar a conta – o trabalhador ou o empresário. O Tesouro não o fará “para não onerar a sociedade”!

Nos dias 20 e 21 de fevereiro passado, o governo apresentava

aos trabalhadores e empresários uma série de propostas esdrúxulas, todas repelidas, para fazer face ao esperado “rombo”. No estranho pacote se incluíam: o aumento da alíquota patronal sobre a folha de salários, combinado com a diminuição do repasse ao empregado (a diferença se destinaria ao Fundo); transferência para o FGTS de metade da arrecadação do Sistema S; redução das aplicações em habitação e saneamento.

Mas a mira da estratégia governamental estava voltada fundamentalmente, como em 1999, para a multa rescisória dos demitidos sem justa causa, sendo a questão retomada inclusive através de manifestações públicas dos mesmos economistas-asse-sores que atuaram naquela fase.

Os velhos “argumentos” voltavam à tona, até mais agressivos. Ao mesmo tempo em que lançava suspeição contra trabalhadores e empresários, o ministro do Trabalho concluía que o direito à multa indenizatória promovia um estímulo ao saque, reduzindo a importância disponível no FGTS para aplicação em saneamento e habitação! Por isso havia que suprimir esse direito, utilizando, por exemplo, o valor correspondente para capitalizar o FGTS, num flagrante desrespeito à Constituição.

Foi, pois, com muita razão que, manifestando-se a propósito logo após a reunião do dia 20 de fevereiro, o presidente da CUT, indignado, declarou à imprensa considerar tal proposta “sem cabimento e antidemocrática”.

Paula Beigelman é professora associada da USP e vice-presidente do Sindicato dos Escritores no Estado de São Paulo

Governo não leva em conta que o FGTS é a principal reserva financeira para a maioria dos assalariados

Mercosul e Alca: Qual a posição do movimento sindical?



Fatos recentes – como o Fórum Social Mundial e o triste episódio da “vaca louca” – colocaram no centro das atenções o debate sobre os chamados acordos de integração regional. No caso brasileiro, dois tratados têm efeitos imediatos sobre os trabalhadores: o Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul) e a Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Ambos geram enorme controvérsia nos meios sindicais do país, como indicam as opiniões divergentes de três lideranças cutistas a seguir.

KJELD JAKOBSEN

O Mercosul e a Alca inter-

A existência do Mercosul é crucial para resistir a Alca

Discutir estes dois processos não implica em contrapô-los e, conseqüentemente, em optar por algum deles, mas sim avaliar o que significam e se podem ou não oferecer alguma oportunidade para os trabalhadores no contexto da nossa estratégia de combate ao neoliberalismo. A começar pela constatação do óbvio, que são duas propostas no âmbito do capitalismo para beneficiar empresas, particularmente as multinacionais, e sem qualquer preocupação com os interesses dos trabalhadores ou da sociedade em geral.

Porque então nos preocuparmos com eles e não simplesmente rejeitá-los como meros instrumentos novos de exploração e dominação? Por duas razões. A primeira é que a conjuntura exige que nos aprofundemos sobre as características atuais do capitalismo, que geram situações e conseqüências muito mais graves que os previstos nos clássicos. Se queremos ser a vanguarda da classe na luta pela sua emancipação, devemos saber como nos utilizarmos das contradições apresentadas pelo capital no processo de acumulação de forças. A segunda é que não há como descolar os acordos do chamado "livre comércio" da geopolítica mundial e, conseqüentemente, do debate sobre imperialismo hoje expresso pelo pensamento único neoliberal *versus* o papel dos estados nacionais para o desenvolvimento e inserção soberana na globalização.

Há diferenças de fundo entre o Mercosul e a Alca. O primeiro nasce na década de 80, ainda sob a concepção do modelo de substituição de importações, a partir de uma série de acordos entre Brasil e Argentina com o caráter de complementação econômica. Posteriormente, já sob os governos neoliberais de Collor e Menem, inclui Paraguai e Uruguai propondo-se a constituir um Mercado Comum, porém sem ter até hoje superado a fase de União Aduaneira incompleta, isto é, a adoção de uma tarifa externa comum, com exceções para alguns produtos. Mais recentemente, firmou acordos bilaterais com o Chile e a Bolívia, há negociações em marcha com a Comunidade Andina de Nações e existem acordos-marco já assinados com a União Européia e a África do Sul.

No caso do Mercosul, o movimento sindical da região adotou uma postura crítica frente ao acordo, argumentando que não traria vantagens para nossos povos se ficasse limitado apenas a facilitação do fluxo comercial, deixando de lado a possibilidade de uma integração mais ampla, que fosse também política, social e cultural, com preservação dos direitos dos trabalhadores e dos setores mais vulneráveis da sociedade, bem como do meio ambiente. Esta estratégia possibilitou que conquistássemos vários espaços institucionais, como o Subgrupo 10, o Fórum Consultivo Econômico e Social e a Comissão Sócio Laboral, que oferecem oportunidades concretas

A divergência não é com o comércio entre as nações, mas sim com o chamado "livre comércio", que pressupõe um comércio sem regras, a não ser as do mercado

Assam aos trabalhadores?

nos marcos da conjuntura internacional atual

para defendermos nossos interesses, embora ainda persista uma carência expressiva de democracia no acordo.

O Mercosul se apresenta desta forma. E, além disto, apesar da assimetria do Brasil em relação a alguns de seus vizinhos, é uma integração mais equilibrada e sem atropelos. O mesmo não se pode dizer da Alca. Trata-se de um acordo de “livre comércio” impulsionado principalmente pelos EUA, que detém 75% do PIB do continente, sedia as maiores companhias multinacionais do mundo, detêm alta taxa de produtividade industrial, além de alto nível educacional, o que impossibilita na prática qualquer acordo justo. Os itens propostos para negociação na Alca são praticamente os mesmos em discussão na OMC, em que há uma correlação de forças mais favorável aos países desenvolvidos e não se alcançou o consenso que permitisse prosseguí-las. Mais uma razão para avaliar que é arriscado trazer estas negociações para um ambiente em que a desigualdade é ainda mais acentuada e no qual ainda não superamos os efeitos da primeira onda de abertura comercial promovida pelo governo FHC.

Os itens de maior interesse para as companhias multinacionais nas negociações da Alca são investimentos, serviços, propriedade intelectual e compras governamentais. Justamente os setores em que ainda não entraram com toda força, ao contrário da indústria e das ex-

empresas estatais. Portanto, mais um motivo pelo qual a Alca não nos interessa.

ALCA SERVE AOS EUA

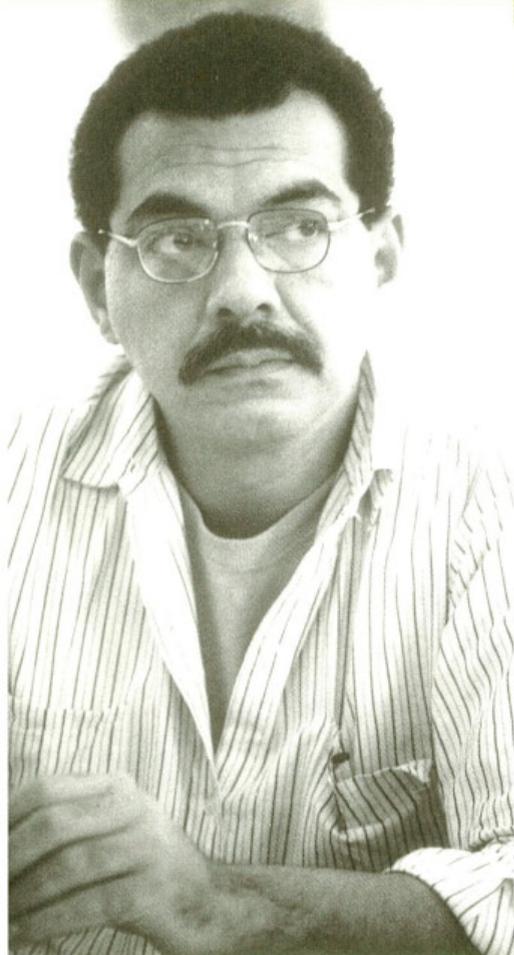
A nossa divergência não é com o comércio mundial ou entre nações, pois todos precisam vender algo para obter em troca os bens e serviços aos quais necessita. A divergência é com o chamado “livre comércio”, que pressupõe um comércio sem regras, a não ser as do mercado – o que não é verdade, pois a Constituição da OMC possui milhares de artigos, assim como o NAFTA, que possui mais de cem. O problema é a quem as regras atendem. Nós queremos um comércio regulado que permita aos países não desenvolvidos obter vantagens e cooperação que contribuam para o seu desenvolvimento, o que é negado pelo “livre comércio”, no qual o que vale é a lei da selva, com o mais forte impondo sua vontade sobre o mais fraco.

Existe um contencioso comercial entre o Brasil e os EUA que não precisa da Alca para ser resolvido. Aliás, há uma expectativa muito pequena de que, nas negociações sobre acesso a mercados, os EUA abram mão de suas medidas protecionistas unilaterais. Na próxima Conferência Ministerial, em Buenos Aires, é provável que a única proposta em relação a este item se refira aos prazos e percentuais de uma redução tarifária no continente, o que,

apesar de reiteradas reservas apresentadas pelo governo brasileiro em relação a Alca, significaria na prática mais um passo em direção a um acordo indesejável. O jogo é pesado. A recente pressão pela antecipação dos prazos de negociação e vigência de 2005 para 2003 tem vários objetivos. Primeiro, comprometer ao máximo o atual governo brasileiro com a conclusão das negociações e, segundo, chamar a atenção da comunidade empresarial sobre a necessidade de interferir nas eleições presidenciais brasileiras de 2002, tendo em vista o crescimento das possibilidades do campo democrático e popular vencê-las.

Portanto, neste quadro o inimigo está representado pela Alca e não pelo Mercosul, que inclusive chegou a ser considerado um processo protecionista por técnicos do Banco Mundial em função de sua tarifa externa comum e demais acordos do bloco. A existência do Mercosul e a possibilidade de sua ampliação são cruciais para resistir a Alca nos marcos da conjuntura atual. Porém, isto por si só é insuficiente. Acima de tudo é necessário que as forças populares se mobilizem. A presente resistência ao neoliberalismo, que se expande visivelmente, nos permite contar com a possibilidade de derrotar a Alca. O próximo passo nesta luta deverá ser dado em 6 e 7 de abril, em Buenos Aires, durante a VI Conferência Ministerial, bem como durante a III Cúpula de Chefes de Estado das Américas, no final deste mesmo mês em Quebec. Nós temos que estar lá também.

Kjeld A. Jakobsen é secretário de relações internacionais da CUT e integrante da tendência Articulação Sindical (Artsind)



R. Perzotti

Radicalizar o combate co-

Acordo é peça estratégica dos EUA, indispensável pa

Do ponto de vista internacional, passa à ordem do dia a tarefa do sindicalismo classista brasileiro (e latino-americano) de denunciar e combater, decididamente, a implantação da Alca (Área Livre de Comércio para as Américas), prevista nos conchavos das elites para “funcionar” em 2005. Até agora tem sido tímida a nossa ação sindical neste sentido.

Trata-se de travar a batalha para impedir sua efetivação, compreendendo a Alca como peça estratégica chave do imperialismo norte-americano, hoje indispensável para sustentação de sua hegemonia mundial. Liga-se também à Alca o agressivo projeto em curso de dolarização das economias da periferia latina, numa evidente regressão à era colonial.

IMPÉRIO EM DECLÍNIO

Não se trata de exagero algum. Formulada a idéia em 1990 (“Iniciativa para as Américas”), pelo outro Bush, recebeu da parte do especialista em pilhagem colonialista (e neocolonial), H. Kissinger, uma lógica interpretação (1994). Sua visão geopolítica, então, considerava que a predominância econômica do império “já está em declínio, e onde se tornou mais seguro desafiar os Estados Unidos”. Saudava a “Iniciativa” e a então recente Nafta como sendo “a política americana mais inovadora em relação à América Latina na história”. Se concretizada a partir

dos acordos de comércio e tarifas, “a América será um participante expressivo no crescimento econômico global”, afirmara.

É sabido que a partir do final dos anos 80 – década denominada de “perdida” –, generaliza-se no continente a aplicação da cartilha do “Consenso de Washington”, em que, não obstante diferenciadas fórmulas macroeconômicas, políticas liberais fabricadas e impostas pelo imperialismo norte-americano se espalharam feito praga nos anos 90. No final da década, “a crise social atingiu níveis inusitados, se estendendo por todos os países”, afirmava Wilson Cano^[1]. E, pela primeira vez na história, os EUA inverteram os saldos na balança comercial com o nosso continente.

Não sem razões, portanto, estamos vivenciando, desde o final da década de 90, ondas seguidas de grande turbulência política e social: derrotas sucessivas da oligarquia neoliberal na Venezuela; sublevações revolucionárias populares no Equador; a expulsão de Fujimori no Peru; avanços eleitorais visíveis da esquerda no Uruguai e no Brasil; manifestos abalos institucionais no Chile; certa polaridade política entre a guerrilha das FARC-EP e o governo colombiano, etc. Simultaneamente, dolarizaram-se as economias de El Salvador e do próprio Equador, e processa-se a lenta agonia da economia (disfarçadamente dolarizada) da Argentina, país freqüentemente

Mercosul é claramente incompatível com a Alca, que está integrada à política externa dos EUA de liberalização dos fluxos de bens, serviços e capitais

Alca

a sustentação de sua hegemonia mundial

assaltado por explosões populares e lutas dos trabalhadores.

MISÉRIA NEOLIBERAL

Bem a propósito, é nesse ambiente – e tratando das dificuldades do Mercosul – que o especialista Barry Eichengreen, adverte: uma “união monetária com os Estados Unidos, com a Argentina e o Brasil recebendo cargos na diretoria do Fed” (Banco Central dos EUA) teria certamente seus atrativos, embora – diz ele – mesmo que o Brasil estivesse interessado em comprometer dessa forma sua soberania, “o Congresso norte-americano não seria tão aberto assim”^[2].

A especulação é lógica. Entretanto, as questões essenciais envolvem: 1) a permanência, no assimétrico Mercosul, da orientação neoliberal destrutiva do emprego, desnacionalizante, em nome de uma zona livre de comércio; comércio exterior este, no bloco concentrado em 90% entre Brasil e Argentina. 2) Ainda assim, é o Mercosul claramente incompatível com a Alca, esta integrando a permanente política externa norte-americana – liberalização total dos fluxos de bens, serviços e capitais –, juntamente com o “Pacto Transatlântico” (Europa), a zona de livre comércio (APEC, no Pacífico), e a proposta Clinton, de um tratado de livre comércio com a África do Sul.

Assim, com a Alca, além do objetivo de consolidar regras

sobre meio ambiente, trabalho e fluxo de capitais, a pretendida redução radical de tarifas multiplicaria os enormes e crescentes déficits comerciais da região, que seria “engolida” pelo peso financeiro, tecnológico e organizacional da economia norte-americana e seus gigantescos oligopólios. O que, sem qualquer dúvida, retrocederia à dinâmica colonial, reduzindo as economias latinas a verdadeiros depósitos especializados na exportação de produtos primários, de braços dados com o desemprego e a miséria.

Miséria que, aliás, passou a ser constitutiva da selvageria neoliberal: no último 20 de fevereiro, *O Globo* publicou declarações da diretora da FIDA, órgão para a agricultura da ONU, revelando que, entre 1990 e 2000, aumentou em 33% o número de “miseráveis” ou em estado de “pobreza extrema”, na América Latina. Parecendo assustada, a porta-voz da FIDA – que pesquisa há vinte anos –, afirmou que a pobreza rural teria alcançado então cerca de 90 milhões de pessoas, encontrando-se numa situação dramática, especialmente indígenas, idosos e camponeses.

Significativa, então, a opinião do diplomata brasileiro Samuel Guimarães. Em sua interpretação, o que se negocia não é a união territorial de todos os países das Américas, uma coisa idílica, diz; e sim, principalmente, a união do “território argentino e brasileiro ao território americano” – dado o tamanho e a importância de seus

mercados. Segundo afirma, a Alca – “uma catástrofe a ser evitada” – significaria “a absorção”, o “fim do Mercosul”^[3].

De outra parte, depois de eleições presidenciais escandalosas e consentidamente fraudadas, da composição de um ministério considerado por liberais norte-americanos como de “extrema-direita”, seguiu-se a primorosa declaração da assessora para a segurança nacional da Casa Branca, Condoleezza Rice: “Nossa política externa deve partir de sólido fundamento do interesse nacional, não do interesse de uma ilusória comunidade internacional”. Depois, novos criminosos bombardeios ao Iraque.

G.W. Bush, um aventureiro belicista, especialista em pena de morte e receptor de gordo financiamento eleitoral da bilionária indústria de armamentos dos EUA, parece ter sido exigência mesmo do alto comando da burguesia parasitária e rentista do império. Terá, pois, que prestar contas. Contas que incluem a aceleração do implante da Alca, questão dita e repetida por ele como prioritária. São essas as principais razões que ajudam a entender o combate à Alca como batalha integrante (e crucial) da luta antiimperialista dos trabalhadores latino-americanos.

NOTAS

[1] É excelente seu estudo “Soberania e política na América Latina”, 2000.

[2] “A globalização do capital – uma história do sistema monetário internacional”, 2000.

[3] “ALCA ou Mercosul”. In: “A crise do capitalismo globalizado na virada do milênio” 2000.

Sérgio Barroso é mestrando em economia social e do trabalho pela Unicamp/SP e membro da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC). Correio eletrônico: asbarroso@yahoo.com.br

JOSÉ MARIA DE ALMEIDA



José Carlos

O Mercosul e o episódio

O desafio é promover a mais ampla integração dos tr

Se fosse o caso de apontar uma qualidade positiva no episódio do veto à compra da carne bovina brasileira por parte do Canadá, EUA e México, seria o fato de que o veto escancara a real face dos chamados acordos de integração econômica que estão em curso hoje em várias regiões do planeta.

Estes acordos visam unicamente criar condições mais favoráveis à circulação de capitais e dos produtos das grandes companhias que controlam o comércio mundial. Pode ser redundância, mas é bom esclarecer que os controladores destes capitais e a sede destas companhias estão todos nos países chamados industrializados.

Depois da sobretaxação do aço, do suco de laranja e de outros produtos brasileiros nos EUA, a dureza do ataque desferido pelo governo canadense – em contraponto à atitude servil e submissa do governo FHC frente aos “senhores do mundo” – traduz-se num recado claro a reafirmar o objetivo da chamada globalização neoliberal e dessa conversa fiada toda sobre abertura de mercados: o objetivo é favorecer as grandes empresas dos países imperialistas! Quem entendeu diferente é porque não entendeu nada.

O QUE ISSO TEM A VER COM O MERCOSUL?

Tudo! A natureza do tratado de integração econômica e comercial do Mercosul é a mesma. Faz parte (localmente)

dos mesmos movimentos que são realizados (globalmente) pelo grande capital para aumentar seus lucros às custas de uma maior exploração da classe trabalhadora mundial e de uma maior transferência de riquezas dos países periféricos para os países centrais.

Não estamos diante de um tratado de integração regional baseado na solidariedade entre os povos da região, de maneira em que se possa construir, complementarmente, uma economia regional mais forte em benefício da população dos diversos países. Longe disso. A lógica do tratado em curso é possibilitar às grandes empresas instaladas na região aumentar a exploração sobre os trabalhadores dos diversos países e melhor explorar os recursos naturais da região.

Deste modo, o Mercosul beneficia as montadoras de veículos instaladas nos países da região, as grandes empresas do setor de agropecuária, os bancos, etc. E não é mera coincidência o fato dessas empresas e bancos serem as mesmas ou associadas às mesmas grandes empresas sediadas nos países imperialistas. Isto contribui para aumentar ainda mais a exclusão social em toda a região. E causará dano maior ainda quando e se estiver concluído.

A nossa luta contra a globalização é também uma luta contra o Mercosul. Essa localização política é fundamental para definir um posicionamento do movimento sindical brasileiro e regional na sua ação voltada às

O Mercosul faz parte da ação do capital para aumentar seus lucros às custas da exploração dos trabalhadores e da transferência de riquezas dos países periféricos para os centrais

a “vaca louca”

Trabalhadores na luta contra a globalização neoliberal

questões relacionadas com este tratado de integração regional. E, infelizmente, não é isso que tem se verificado. A ação do movimento sindical brasileiro, da nossa central (a CUT) e do sindicalismo da região tem se pautado por uma postura que vai da ambigüidade ao apoio ao Mercosul.

Com o argumento de que o tratado é um fato que se impõe pela realidade, nossa ação sindical tem se pautado pela defesa de cláusulas sociais que possam dar conta da dimensão social que faltaria – seria o defeito – do tratado como vem sendo implantado. Temos também tentado interferir nas definições das políticas setoriais em discussão no âmbito das diversas comissões e grupos de trabalho do Mercosul.

Estas premissas poderiam nos levar a ter a mesma postura frente à globalização. É o que leva, por exemplo, a Ciosl a defender a “democratização da globalização”. Democratizar a vida social e distribuir renda (nem estamos falando de socialismo) só é minimamente possível derrotando a globalização (a forma como se manifesta nos dias de hoje o sistema capitalista) e não colaborando com ela, pois concentrar riqueza e poder é a natureza mesmo dessa globalização, como de resto é a natureza do capitalismo.

O Mercosul teria uma natureza diferente? Seria, por acaso, uma iniciativa política dos governos do Cone Sul da América Latina de independência e de enfrentamento à sanha de rapina dos países centrais? Seria

justificável, portanto, um posicionamento distinto do movimento sindical da região?

Não creio que alguém dentro do movimento sindical, pelo menos na CUT, possa acreditar num conto de fadas deste. Temos hoje no comando dos países que compõem o Mercosul alguns dos governos mais pró-imperialistas que estes países já tiveram em toda a sua história. Os melhores exemplos são FHC, no Brasil, e Menem, presidente da Argentina quando do início da implementação deste tratado.

Portanto, a única explicação que resta é que se capitula frente à idéia da “inevitabilidade” do modelo de integração e daí vai-se à aceitabilidade do mesmo, nos levando a uma postura de capitulação e de colaboração com um tratado de integração que tem como objetivo central otimizar o lucro das grandes empresas capitalistas às custas de uma maior espoliação dos povos do Cone Sul da América Latina.

INTEGRAÇÃO NA LUTA

Esse é o desafio do movimento sindical da região frente a fenômenos como o Mercosul, Alca, Nafta, União Européia, etc. Precisamos promover a mais ampla integração regional, continental, hemisférica e mundial dos trabalhadores para lutar contra a globalização neoliberal e para construir o “mundo diferente” (ao nosso ver, socialista), que motivou o recente Fórum Social Mundial.

O exemplo das manifestações contra a OMC, o FMI o Banco Mundial, que têm ocorrido em diversas partes do planeta, mostra um renascimento/fortalecimento das idéias antiimperialistas. Com toda a diversidade e, muitas vezes, confusões presentes nas idéias que animam estas manifestações, elas se revestem de um caráter muito progressivo. Retirar o movimento sindical dos gabinetes – onde se discute “clausula social para a OMC”, “vagas para o movimento sindical no Conselho de Administração do FMI e do Banco Mundial” – e colocá-lo nas ruas, fortalecendo, generalizando e politizando estas manifestações, este é o desafio.

Aqui em nossa região isso significa desenvolver um grande esforço para garantir uma poderosa manifestação em Buenos Aires, em abril, contra a Alca, por ocasião da reunião dos governos dos países das Américas. Mas não devemos nos esquecer de ter presente também bandeiras que denunciem o Mercosul, tratado com a mesma natureza da Alca.

E que esta manifestação seja um marco na construção de uma relação diferente da que temos tido até agora com nossos irmãos do Cone Sul: uma relação baseada na solidariedade e na luta conjunta contra o inimigo comum. No apoio à luta do povo equatoriano contra a dolarização, contra o bloqueio norte-americano a Cuba, contra o Plano Colômbia, etc. Assim marcharemos rumo à construção da verdadeira integração entre as nações da nossa região: uma Federação Socialista englobando todos os países latino-americanos.

José Maria de Almeida é primeiro tesoureiro da CUT, coordenador do MTS (Movimento por uma Tendência Socialista) e dirigente do PSTU

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO

Marx estava em Porto Alegre e era católico

O capitalismo pode ser descrito como o processo de universalização da produção de mercadorias. O “Manifesto Comunista”, de 1848, é eloqüente a este respeito: “Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países [...]. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual”.

Os últimos vinte anos fizeram avançar aceleradamente, no mundo globalizado, estes fenômenos. E fixaram esta visão alucinante das coisas e dos processos como a única maneira possível de enxergar o mundo. Tudo é mercadoria num planeta que é o mercado. Realizava-se o dito espirituoso de Napoleão Bonaparte, para quem “a feira livre é o museu do Louvre dos pobres”.

LIMITES DO MERCADO

O Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, começou a mudar



Fórum Social Mundial deu um basta ao “pensamento único” neoliberal

este jogo. Deu um basta no “pensamento único” (fatalista, reducionista e economicista), criticou os fundamentos dos sistemas capitalista e financeiro mundiais e apresentou algumas alternativas capazes de congregiar os povos, os trabalhadores, as minorias, na construção de um outro mundo possível.

Quero chamar a atenção para um dos mais insígnies participantes do evento, o católico Ricardo Petrella, da Universidade de Louvain, na Bélgica, que em nome do grupo de Lisboa e de seu documento “Limites à Competitividade”, afirmou que a lógica de conquista do mercado do mundo não pode e não deve ser o princípio inspirador das políticas econômica, tecnológica e de

desenvolvimento dos países, e deve ser substituída pela lógica da cooperação.

A água, por exemplo, bem comum e direito essencial dos povos, não pode ser apenas uma mercadoria e tratada como tal. Na oficina de trabalho que coordenou, juntamente com o Sindicato dos Engenheiros de São Paulo, Petrella foi enfático: reduzir a água, a terra, a floresta, os genes humanos, as sementes, as idéias e os *softwares* à condição de mercadoria e privatizá-los pesa como uma hipoteca global sobre a humanidade. “Nem tudo que tem valor, tem preço”, disse.

Há uma encarnação de Marx, revisto e atualizado, nas preocupações e nas propostas do católico.

DORMINDO NO PONTO

Em tempo. Em 7 de fevereiro, em votação simbólica no Congresso convocado extraordinariamente, foi aprovada sem nenhuma modificação a medida provisória 2074, agora transformada em lei. Era a MP 1053, de junho de 1995, que tratava da desindexação da economia e proibia reajustes automáticos de salários, reeditada 73 vezes e que continha no seu artigo 14 o supositório do “efeito suspensivo” a mando do presidente do TST. O Congresso Nacional foi conivente, a oposição não foi vigilante, o movimento sindical dormiu no ponto e de touca (durante seis anos e umas mil “aplicações”) e perderam os trabalhadores e a Justiça. Fica o registro.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical em diversas entidades de São Paulo

SÉRGIO MIRANDA

A verdadeira face da Lei de Responsabilidade Fiscal

Aos desavisados, uma iniciativa louvável e necessária à maturidade administrativa; mas, aos olhos atentos, uma perigosa peça a serviço do capital financeiro

Em uma das mais acirradas disputas da história pelo comando da Câmara e do Congresso, a sociedade assistiu ao fogo cruzado entre os caciques de dois grandes partidos que compõem a base governista de FHC – devidamente armados com pesada munição, incluindo fitas de vídeo com acusações de propina, compra de votos, enriquecimento ilícito e episódios diversos de corrupção. Enquanto isso, os mercadores de ilusão do governo, com a preciosa “colaboração” da grande imprensa, douram a pílula da Lei de Responsabilidade Fiscal, bombardeando a opinião pública com ostensivas campanhas sobre os “esforços” no combate à corrupção e no saneamento das finanças públicas.

Na verdade, uma grande farsa montada pela equipe de FHC para cumprir à risca os inadiáveis e incondicionais compromissos com o FMI. Aos desavisados, uma iniciativa louvável e necessária à maturidade administrativa do país. Mas, aos olhos atentos, uma perigosa peça que desvia a atenção do verdadeiro propósito de serviço irrestrito ao pagamento de juros e amortização da dívida e o decorrente congelamento dos gastos sociais.

FALSO DISCURSO

O governo insiste no discurso da austeridade fiscal e moralidade pública. No entanto, a lei não dispõe de sequer um artigo que combata a corrupção. Não se busca a eficiência e eficácia dos gastos públicos, mas sim, o combate ao déficit e a manutenção da relação entre dívida pública e Produto Interno Bruto.

FHC dissimula os reais objetivos da LRF, responsabilizando prefeitos e governadores pela sangria do déficit público, pelo “excesso” de gastos. Mas, quem são os responsáveis pela gastança desenfreada, que sacrificam o orçamento e elevaram a dívida pública, que saltou de R\$ 60 bilhões para meio trilhão? As combalidas prefeituras e governos estaduais ou a política do governo federal de permissividade e liberalidade com os gastos financeiros?

É esse o pecado capital da lei: tratar de forma assimétrica e hierarquizada os gastos públicos, limitando-se o empenho de toda e qualquer despesa que possa comprometer as exigências financeiras. Para tanto, enquadra

no Código Penal prefeitos e governadores que não cumprirem as metas fiscais impostas, inaugurando um capítulo absurdo na história: a criminalização da gestão pública. A LRF não visa condenar a corrupção, a improbidade administrativa e a falta de planejamento. Para esses itens, já vigoram a Lei Camata, que limita gastos com pessoal; a resolução nº 78 do Senado, que controla o endividamento público; e a Lei Eleitoral, proibindo contratar e aumentar salários antes das eleições.

AUTONOMIA ANULADA

Sob o manto da moralidade pública, a lei viola a Constituição e agride os princípios fundamentais do pacto federativo ao interferir na autonomia de estados e municípios, obrigando-os a cumprir metas impostas que atendem unicamente ao ajuste fiscal. O artigo 35 da lei proíbe o financiamento de um ente federativo a qualquer outro, não permitindo as operações de crédito entre as cidades e os órgãos estaduais e autarquias, engessando, assim, as condições de empréstimos atuais.

FHC dissimula os reais objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal



O impacto é arrasador: os estados estão simplesmente impedidos de repassar mais de R\$ 2 bilhões aos municípios brasileiros.

A LRF impede, na prática, a ampliação de despesas com pessoal e gastos correntes com serviços públicos, que só podem ser majorados mediante aumento de tributação ou crescimento econômico. Situações insólitas podem acontecer, como a prisão, entre um e quatro anos, de um prefeito ou governador que não admitirem demitir professores, médicos ou policiais ou mesmo que resolvam implementar programas sociais sem a devida autorização de despesa e o correspondente aumento da carga tributária.

Mas, para casos de desvios de dinheiro ou negligência administrativa, a lei não prevê punições.

O eixo de sustentação da lei,

que se apóia no congelamento dos gastos sociais, expõe outro grande absurdo. Mesmo com dinheiro em caixa, os governantes não dispõem de autonomia para fazer frente a seus compromissos legitimados pelas urnas. Os artigos 16, 17 e 24 são taxativos: novos programas sociais não podem ser financiados a partir da melhoria da arrecadação ou do crescimento econômico. Quaisquer novas despesas estão condicionadas à criação ou aumento de tributos.

Sob o tácio do pagamento irrestrito de juros e amortização da dívida, os artigos 4º, 9º e 31º também penalizam a sociedade. Areladas ao cumprimento das metas fiscais, as despesas sociais serão automaticamente contidas, além da proibição da aplicação de recursos das privatizações para Fundos de combate à miséria, erradicação de analfabetismo, epidemias. O empenho das despesas será limitado caso haja superação do chamadas metas fiscais, orientadas para o

pagamento de juros da dívida.

SOCORRO AOS BANCOS

Ao contrário do rígido controle sobre as despesas não financeiras, há uma folga confortável ao mercado financeiro e ao Banco Central. Prova disso é a transferência automática dos prejuízos do Bacen para o Tesouro Nacional. Assim, as ações do BC estão livres de qualquer restrição orçamentária. A conta do “socorro” aos bancos é priorizada em detrimento das urgências sociais de nosso país.

O cerco fechado a estados e municípios nos quesitos de autonomia e gasto públicos dá a exata medida do autoritarismo do governo e suas reais intenções de manter as unidades federativas reféns da política oficial. O tratamento é tão desigual que FHC parece fazer “vista grossa” quando o próprio governo da União descumpra a lei. A recente edição do decreto que corta R\$ 8 bilhões da lei orçamentária, sem qualquer justificativa, bate de frente com a LRF, que diz que só pode haver contingenciamento quando houver queda na receita que impeça o cumprimento das metas fiscais.

O desrespeito e desobediência do próprio governo em relação à LRF são a prova cabal de que, para engordar o caixa do mercado financeiro, a equipe oficial age de maneira providencial e conivente. Punição somente à população, governadores e prefeitos, previamente condenados com o pulso firme e a mão de ferro.

Sérgio Miranda é deputado federal pelo PCdoB/ Minas Gerais

LRF enquadra no Código Penal os prefeitos e governadores, inaugurando um capítulo absurdo na história: a criminalização da gestão pública

Fórum Social Mundial: “Um marco na resistência”

Fotos desta matéria: Jesus Carlos/Imagemânia



GUIOMAR PRATES

“Um outro mundo é possível”. Com esta convicção, 4.702 delegados de 117 países participaram, em Porto Alegre (RS), do Fórum Social Mundial. Ocorrido entre os dias 25 e 30 de janeiro, este foi o maior e mais amplo encontro internacional já realizado contra o neoliberalismo.

Espaço destinado ao protesto e ao debate, o Fórum Social Mundial será lembrado pela tolerância e respeito à diversidade de opiniões. Logo na abertura do evento, uma “marcha contra o neoliberalismo e pela vida” reuniu mais de 15 mil pessoas em passeata pelas ruas da capital gaúcha.

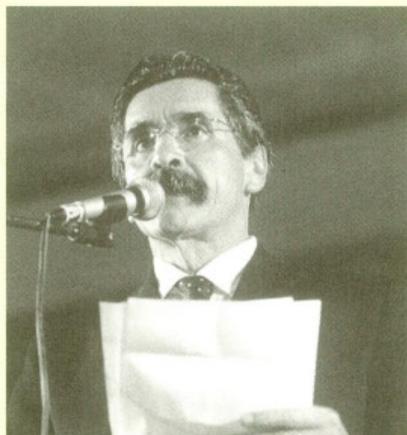


No arco-íris formado pelos diversos movimentos e partidos, algo em comum: a condenação à globalização neoliberal

Com muita gente do lado de fora do Centro de Convenções, com capacidade para 4 mil pessoas, a abertura do Fórum foi uma mostra do que estaria por vir. No arco-íris formado pelos diversos movimentos e partidos, algo em comum: a condenação ao neoliberalismo e às tristes conseqüências que causa nos vários aspectos da vida dos povos.

O governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra (PT), foi interrompido pelos aplausos por diversas vezes. Para ele, “o casco do neoliberalismo faz água e isto é dito não apenas por nós, que nos opomos a ele, que procuramos denunciar suas conseqüências sociais nefastas e desumanas. Quem tem sinalizado a falência do neoliberalismo globalizante são exatamente alguns dos expoentes das instituições que o planejaram, que definiram as suas regras e impuseram seu receituário aos países periféricos, como o Fundo Monetário Internacional e o Consenso de Washington”.

Olívio Dutra criticou a globalização supostamente mais humana. “Como se a quebra das indústrias nacionais, com o conseqüente desemprego, o



“O casco do neoliberalismo faz água”, afirmou o governador gaúcho

agravamento da exclusão social, o desmonte do serviço público e a destruição das políticas governamentais não fizessem parte da natureza deste modelo”.

“O FUTURO SERÁ SOCIALISTA OU NÃO HAVERÁ FUTURO”

Dividido em quatro eixos, o Fórum Social Mundial debateu dois grandes temas: riqueza e democracia. Sobre a riqueza mundial, os painéis analisaram sua formação, concentração e distribuição, com os subtemas emprego, meio ambiente e

liberdade do capital financeiro. Nos painéis sobre democracia, o enfoque voltou-se para a limitação democrática dos estados nacionais frente à ampla liberdade de operação do capital financeiro e ao papel dos órgãos como o FMI. Em ambos os temas, duas idéias básicas se contrapuseram, de forma nem sempre explícita: melhorar o capitalismo, humanizando sua face, ou superá-lo, construindo o socialismo.

Debatendo sobre a possibilidade de construir um sistema de produção de bens e serviços para todos, o economista egípcio, diretor do Fórum do Terceiro Mundo em Dakar, Samir Amin, afirmou que o socialismo é a única saída e que não há democracia sem socialismo. Segundo ele, a luta pelo socialismo pode surgir no vácuo de uma provável crise econômica mundial.

Agenda de protestos contra a globalização neoliberal

■ Fórum Econômico Mundial em Cancún – México, de 26 a 27 de fevereiro;

■ Reunião da Alca em Buenos Aires – 6 e 7 de abril; e em Quebec, de 17 a 22 de abril;

■ Reunião do G-8, em Gênova, Itália, de 15 a 22 de julho;

■ Reunião anual do FMI e do Banco Mundial em Washington, de 28 de setembro a 4 de outubro;

■ Reunião da OMC de 5 a 9 de novembro.



A mesma opinião foi compartilhada pelo líder da revolução da Argélia, Hamed Ben Bella: “Não existe democracia no interior da grande prisão do capital americano”. Ele disse ainda que a “terceira via” da social democracia europeia nada vale, é um zero. E reafirmou sua fé na democracia: “Mas não a democracia no sentido burguês, formal, mas em seu sentido mais radical e antiimperialista”.

O presidente da Assembléia da República de Cuba, Ricardo Alarcón, foi ainda mais enfático: “A civilização desaparecerá se não conseguirmos derrotar o Império, se não formos capazes de abrir espaço ao humanismo. O futuro será socialista ou não haverá futuro”, disse no painel sobre o destino dos Estados-Nações.

MARCHA CONTRA O NEOLIBERALISMO

A abertura do Fórum Social Mundial foi coroada pela “marcha contra o neoliberalismo e pela vida”, que reuniu 15 mil pessoas, no dia 25 de janeiro, em Porto Alegre. Representantes de movimentos sociais e estudantes, sindicatos, índios, organizações não-governamentais e partidos políticos coloriram as ruas da capital do Rio Grande do Sul, com faixas e bandeiras. O ato, promovido pelos comitês de organização do Fórum Social Mundial, reuniu lideranças nacionais e internacionais.

Durante cerca de duas horas, a passeata atraiu a atenção dos porto-alegrenses, que acenaram das janelas e sacadas dos edifícios do centro da cidade. Palavras de ordem contra o neoliberalismo, apitos e até uma mini-bateria de escola de samba embalararam a marcha. Com a participação do governador do Estado, Olívio Dutra, do prefeito de Porto



“A civilização desaparecerá se não conseguirmos derrotar o império e abrir espaço ao humanismo”, disse o líder cubano Ricardo Alarcón

Alegre, Tarso Genro, a caminhada foi acompanhada por centenas de lideranças políticas nacionais e internacionais.

DAVOS VERSUS PORTO ALEGRE

Enquanto em Porto Alegre ecoava o grito pelo fim do neoliberalismo, em Davos, na Suíça, o Fórum Econômico Mundial reunia os defensores do pensamento neoliberal. A contraposição foi inevitável e ficou marcada via satélite, em teleconferência transmitida ao vivo pela TV Educativa de Porto Alegre.

O encontro virtual reuniu, em Davos, o megainvestidor George Soros; os representantes da ONU, John Ruggie e Mark Malloch; o economista norte-americano

Jeffrey Sachs, pelo FMI; Bjorg Edlund, representante de empresas multinacionais; e Pierre Sané, da Anistia Internacional. Pelo Fórum de Porto Alegre, participaram o jornalista Bernard Cassen, do jornal *Le Monde Diplomatique*; Hebe de Bonafini, da organização argentina das Mães da Praça de Maio; Oded Grajew, da Associação dos Empresários pela Cidadania (Cives); Rafael Alegria, do movimento Via Campesina; Diane Matte, da Marcha Mundial das Mulheres, o sociólogo filipino Walden Bello, entre outros convidados especiais.

A representante das Mães da Praça de Maio acusou os participantes de Davos de serem os responsáveis pela morte de milhões de crianças em todo o mundo. “Vocês repetem o discurso da economia global... e não assumem a responsabilidade pelo fracasso total de suas políticas”, declarou Bernard Cassen, que sugeriu a anulação da dívida externa, comércio justo no lugar do livre comércio e a adoção da Taxa Tobin, um imposto sobre as transações financeiras. E Soros respondeu que apoia essas propostas, apesar das “dificuldades técnicas” para viabilizá-las.

Já o economista Jeffrey Sachs, do FMI, procurou minimizar as



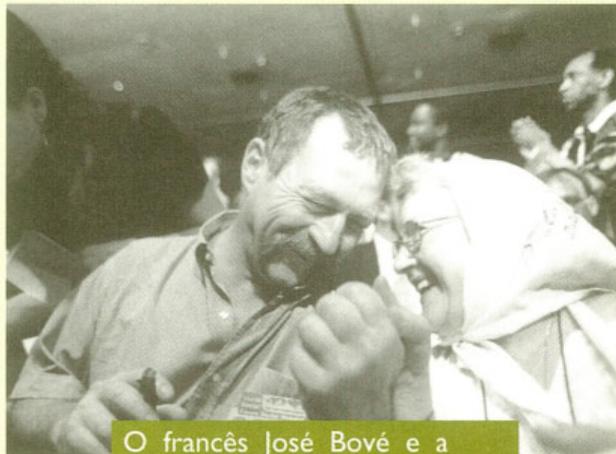
Duas idéias básicas se contrapuseram: melhorar o capitalismo, humanizando-o, ou superá-lo, construindo o socialismo

diferenças, afirmando que o Fórum de Davos buscava receitas para tentar diminuir a pobreza, através do desenvolvimento econômico. Para ele, entre Davos e Porto Alegre, a solução estaria no meio termo. Esta opinião também encontrou eco no Fórum Social mas, a julgar pelas intervenções dos delegados do movimento sindical e popular, as contradições são tão evidentes que não existe meio termo: superar o capitalismo é uma necessidade para acabar com a exclusão social.

O hondurenho Rafael Alegria, do movimento Via Campesina, denunciou a privatização da terra pelos senhores do mundo, que falam do mercado livre, sabendo que o camponês e os excluídos não entram no mercado. "Hoje, 845 milhões de pessoas passam fome, tudo é privatizado e o Estado é indiferente ao social. Vocês dizem que tudo é resolvido pelo mercado. É trágico". Alegria disse ainda que os representantes da ONU deviam estar em Porto Alegre, não em Davos, antes do confronto "entre os povos e os dirigentes do mundo".

DESAFIOS DOS TRABALHADORES

A grande presença de sindicalistas de todos os cantos do mundo permitiu a troca de experiências e a conclusão de que a política neoliberal faz estragos em todo o mundo. A oficina organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), com a presença de sindicalistas e representações de vários países do



O francês José Bové e a mãe argentina Bonafini no ato de encerramento

continente americano, Europa e África, permitiu ter uma visão panorâmica dos desafios enfrentados pelas organizações dos trabalhadores em todo o mundo.

Convidados da Espanha, África do Sul, Estados Unidos e Canadá, além do Brasil, fizeram um resumo das lutas travadas em seus países, mostrando que a ofensiva neoliberal é global. O enfrentamento do desemprego, da redução dos direitos trabalhistas, dos cortes em investimentos sociais, da desregulamentação e precarização das relações de trabalho é tarefa desenvolvida por

sindicatos, federações e confederações no mundo todo.

O secretário de Relações Internacionais da CUT, Kjeld Jakobsen, destacou a importância do Fórum Social Mundial para a integração dessas experiências. Eduardo Esteves, da Confederação Mundial do Trabalho (CMT), propôs que este intercâmbio seja

permanente e crescente. A mesma opinião foi defendida pelo representante da central sindical norte-americana (AFL-CIO), Stanley Gasek, que avaliou a recente eleição de Bush nos EUA como um fator que pode agravar ainda mais o cenário econômico mundial.

Entre as propostas de manifestações, protestos de rua com articulação internacional e criação de mecanismos de combate ao desemprego, a proposição que mais agitou a plenária foi a do presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Álvaro Gomes, que conclamou as entidades presentes a organizarem

Os números não mentem

Os números mostram que o Fórum Social Mundial foi um momento histórico, ainda mais pela diversidade de nações presentes. Os brasileiros, como não poderia deixar de ser, formaram a maior delegação, com 2.365 pessoas de todos os estados. Em segundo lugar, os

vizinhos argentinos, com 182; em seguida, os franceses, com 167 presentes. Os uruguaios eram 103; os italianos, 88; os espanhóis, 51; os norte-americanos, 39; e os suíços, 37. Outro fato que comprova o sucesso do evento foi a cobertura jornalística privilegiada, com mais de 1.700 jornalistas de 701 veículos do mundo todo.

um protesto internacional nos meses de setembro ou outubro deste ano.

PLATAFORMA DAS CENTRAIS

A adoção de medidas de incentivo às indústrias nacionais, o fortalecimento do Mercosul para enfrentar o acordo da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), o fim das barreiras protecionistas dos EUA e dos países europeus aos produtos latino-americanos e a diminuição do comprometimento de recursos das nações latino-americanas com o pagamento de dívidas externas foram os principais pontos defendidos pelos representantes das centrais sindicais mundiais presentes no evento.

A experiência deste Fórum marca o início de uma nova etapa de propostas em direção a um mundo mais justo e solidário, destacou Eduardo Esteves. Segundo ele, o movimento de trabalhadores deve ser um dos atores principais da mudança social. Muitas das alternativas levantadas durante o Fórum Social Mundial, afirmou, serão levadas ao próximo congresso da CMT, que será realizado em outubro, na Romênia, e reunirá 140 organizações de trabalhadores de 117 países e oito federações internacionais.

O secretário-geral adjunto da CLAT (Central Latino-americana de Trabalhadores), Mario Morant, defendeu a extinção dos chamados planos de ajustes fiscais, impostos pelos organismos financeiros internacionais. Esses planos provocam recessão interna e falta de recursos às áreas sociais e ao desenvolvimento. Morant defendeu também o fortalecimento do Mercosul e destacou a participação de milhares de jovens no Fórum. “É um sinal da autoconsciência dos povos e



marca o rumo para um novo futuro. Davos é o passado, e esta juventude, que marca o espírito do evento, nos dá esperança para um novo futuro, em que o homem, e não o capital, será o centro das atenções”, afirmou.

Os representantes das centrais de trabalhadores defenderam ainda a redução de impostos às empresas e setores locais que são geradores de emprego e renda. No Rio Grande do Sul, o governo estadual enviou à Assembléia Legislativa um projeto de alteração da matriz tributária, elevando a alíquota do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de produtos considerados supérfluos e diminuindo a alíquota daqueles ligados à economia local.

Ponto de honra é a luta contra a criação da Alca, que “significa a reconquista da região e a destruição dos direitos sociais”

MANIFESTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O Fórum Social Mundial não aprovou um documento único. Em compensação, os diversos segmentos sociais se articularam e lançaram manifestos com suas pautas de reivindicação. Uma plenária dos movimentos sociais, incluindo o sindical, divulgou manifesto no qual afirma que no Fórum foi construída uma grande aliança para criar uma nova sociedade, diferente da lógica atual, que coloca o mercado e o dinheiro com únicas medidas de valor. “Davos representa a concentração de riqueza, a globalização da pobreza e a destruição de nossa natureza. Porto Alegre representa a luta e a esperança de um novo mundo, onde o ser humano e a natureza são o centro de nossas preocupações”, argumenta.

“Fazemos parte de um movimento que cresce desde Seattle. Desafiamos as elites e seus processos antidemocráticos, representados no Fórum Econômico de Davos. Viemos para compartilhar nossas lutas, intercambiar experiências, fortalecer nossa solidariedade e rechaçar as políticas neoliberais da presente globalização”, diz o manifesto.

Olívio Dutra criticou a globalização: o desemprego e a exclusão fazem "parte da natureza deste modelo"

Os movimentos sociais se comprometeram a defender os direitos dos povos, a liberdade, a seguridade, o emprego e a educação. "Estamos contra a hegemonia do capital, a destruição de nossas culturas, a degradação da natureza e a deterioração da qualidade de vida pelas corporações transnacionais e as políticas antidemocráticas".

A economia deve estar a serviço da sociedade

Eliminar as regras do comércio internacional que impedem o desenvolvimento das nações. Esta foi a conclusão da conferência "Que comércio internacional queremos?". Para ela, a economia deve estar a serviço da sociedade, e não o contrário, como acontece hoje. O professor de sociologia da Universidade das Filipinas, Walden Bello, defendeu a extinção do Fundo Monetário Internacional, classificando a instituição de "jurássica". "O FMI não tem razão de existir, já criou mais problemas do que soluções", afirmou.

A conferência reuniu dois dos principais idealizadores do Fórum Social Mundial: o francês Bernard Cassen, diretor do jornal *Le Monde Diplomatique*, e o brasileiro Oded Grajew, coordenador da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives).

Cassen, que também é presidente da Attac (Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos), presidiu a mesa

O manifesto acusa as políticas neoliberais de incentivarem o racismo e o genocídio na África, dando continuidade aos séculos de escravidão e colonialismo que



composta por Dot Kett, do Centro para Estudos Sul-Africanos da Universidade da Cidade do Cabo; pelo secretário de relações internacionais da CUT, Kjeld Jakobsen; e pelo presidente do Instituto de Políticas para Agricultura e Comércio de Minnesota (EUA), Mark Ritchie, além de Bello e Grajew.

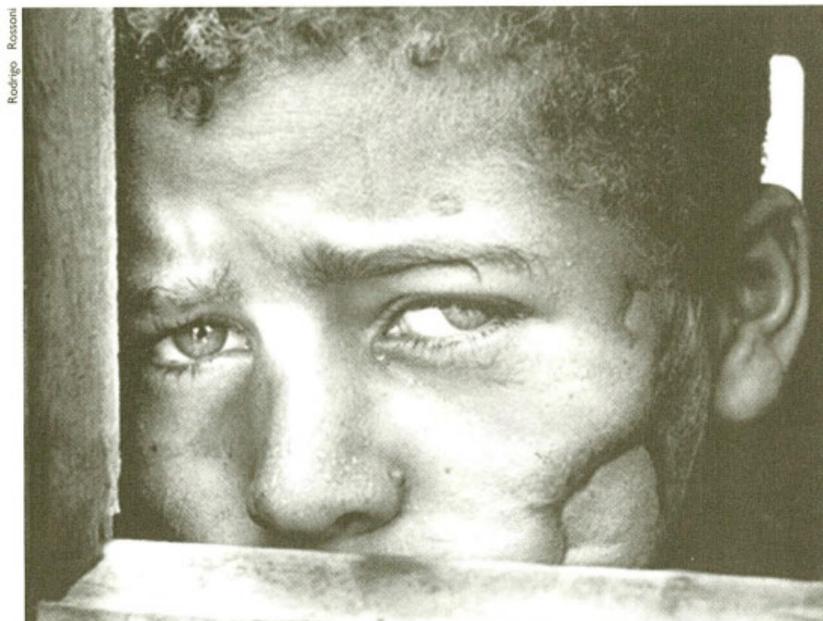
O debate mostrou que ninguém questiona a necessidade de regulação do mercado mundial. A questão é quem faz e como faz as regras. "O comércio não é um fim em si mesmo e sim um meio para o desenvolvimento", afirmou a sul-africana Dot Keet, que defendeu o estabelecimento de novas regras para a Organização Mundial do Comércio (OMC). O norte-americano Mark Ritchie disse que a questão do comércio está diretamente relacionada à paz e à violência no mundo. É preciso, segundo ele, exigir a mudança das regras comerciais que prejudicam o desenvolvimento das nações. "Em nome da paz, antes que seja tarde".

destruíram suas bases civilizatórias. É crítica os mecanismos que mantêm as dívidas externas, injustas e fraudulentas, já pagas várias vezes. O manifesto defende a criação da taxa Tobin e se posiciona contra as privatizações. "Nos opomos a toda forma de privatização de recursos naturais e bens públicos".

Um novo sistema de comércio justo, que garanta emprego pleno, soberania monetária e o bem-estar dos povos, é outro aspecto abordado no documento. "O 'livre comércio' provoca acumulação acelerada da riqueza e do poder nas corporações transnacionais, ao mesmo tempo em que gera maior marginalização e empobrecimento dos camponeses, trabalhadores e as empresas locais".

A mobilização contra a criação da Alca deve ser ponto de honra dos movimentos sociais, porque este acordo "significa a reconquista da região e a destruição dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais dos povos". A indicação de uma agenda comum de mobilização, até a realização do Fórum Social de 2002 – também em Porto Alegre –, é uma tentativa de manter a ampla aliança forjada no fórum deste ano. Ficou acertado que alguns eventos internacionais organizados pelo capital financeiro e as multinacionais deverão ter resposta na mobilização paralela dos movimentos sociais.

Guiomar Prates é jornalista e membro do conselho de redação da *Debate Sindical*. Esta reportagem contou com a colaboração da assessoria de imprensa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul



Inflação: a medida não coincide com a percepção

Mesmo consideradas as discrepâncias nas medidas, há uma percepção difundida na sociedade de que a inflação é muito maior do que a medida pelos institutos de pesquisa. Quais as razões?

ANTONIO PRADO

Uma das principais heranças do longo processo da hiperinflação brasileira é a proliferação de índices de preços calculados por várias instituições. São pesquisas realizadas em períodos e locais distintos, com metodologias nem sempre equivalentes, o que também implica numa variedade de resultados. Os índices do Dieese e da Fipe para a cidade de São Paulo, por exemplo, acumulam valores significativamente diferentes nos últimos anos.

Mas, curiosamente, mesmo consideradas as discrepâncias nas medidas, há uma percepção difundida na sociedade de que a inflação é muito maior do que a medida pelos institutos de pesquisa. Não estamos aqui lidando com a situação, muito comum até os anos 80, de manipulação das pesquisas oficiais. Hoje as diferenças são plenamente justificadas por critérios metodológicos e não há

nenhum motivo fundamentado para duvidar da seriedade das pesquisas. Se não há erro de

medida ou manipulação dolosa das pesquisas, por que há a sensação de que os preços caminham à frente dos termômetros?

A explicação mais comum está no fato de que os índices de preços expressam médias das situações de gastos dos consumidores. A rigor, o índice de inflação não mede o crescimento do custo de vida de ninguém em particular; neste sentido, é um número abstrato. Os que tem seu custo de vida subindo acima da média reclamam e com razão. É o caso dos aposentados, que devido a problemas de saúde gastam boa parte de sua renda com remédios, que foram corrigidos muito acima da média dos preços. É o caso dos que gastam muito com as contas de luz, telefone, gás e gasolina, itens que passaram por vários choques tarifários. Mesmo com o lento crescimento dos preços de alugueis, roupas e alimentos nos

últimos anos, a sensação de perda de renda dos que sofreram os ajustes tarifários é bastante severa e real.

QUEDA DE RENDIMENTO

Mas o problema não se resume a esses aspectos, havendo questões ainda mais graves a serem consideradas. Primeiro, devemos nos deter sobre o que vem ocorrendo com a renda disponível nos últimos anos, independente de qualquer efeito da inflação. Houve, no decorrer dos últimos anos um significativo ajuste fiscal, que afetou as famílias tanto pelo lado da arrecadação como do gasto público. A carga tributária bruta em pouco tempo subiu de 24% para 31%, o que é um ajuste considerável. Como isso foi feito? Basicamente através de aumentos de impostos, sendo que aqueles que afetam as atividades empresariais aparecem nos repasses aos preços, mas os que são cobrados diretamente das pessoas físicas, não.

As alíquotas do imposto de renda foram elevadas e a tabela para pagamento do IR na fonte não são corrigidas há três anos. A contribuição à previdência social foi elevada. Esses dois impostos reduzem a renda disponível das pessoas, que têm menos para gastar, enquanto os preços continuam subindo.

Mas o ajuste fiscal vem também pelo lado dos gastos públicos. O agravamento da distribuição da renda pressiona de forma crescente os serviços públicos, que não crescem no ritmo necessário devido às metas fiscais rigorosas. O resultado é a rápida degradação dos serviços públicos, provocando uma fuga para serviços privados, principalmente das famílias de

renda média. Hoje é maior o gasto com segurança privada, seguros de todos os tipos, pedágios e educação, que não podem ser descontados na declaração de imposto de renda, implicando em mais um fator de queda da renda disponível, que não é computado integralmente nos índices de preços.

Estas reformas estruturais, propostas pela agenda do Consenso de Washington, apresentam custos para a sociedade, mas pressupunham também ofertas que até o momento não se concretizaram. As privatizações foram iniciadas sob o signo da maior eficiência do setor privado, que poderia suprir quantidades maiores de bens e serviços melhores a preços menores. O desafogo do setor público liberaria recursos para os programas sociais. Mas as privatizações trouxeram de forma imediata apenas aumento de preços e tarifas e o prometido afluxo de bens não apareceu, excetuados os serviços de telecomunicações. Os recursos arrecadados com as privatizações, que chegam a mais de R\$ 70 bilhões, foram desviados das finalidades sociais e produtivas para o pagamento da dívida pública que, pasmem, não caiu, ao contrário, cresceu de R\$ 210 bilhões para mais de R\$ 510 bilhões desde 1995.

AJUSTE NEOLIBERAL

Ainda há que se considerar que a oferta mais óbvia do ajuste neoliberal seria um aumento da renda. As famílias pagariam mais pelos serviços privatizados mas, em contrapartida, o dinamismo desencadeado pela privatização geraria empregos, mais salários e riqueza. A única riqueza que

cresceu foi a financeira, que beneficia os rentistas e prejudica drasticamente os assalariados. Os empregos não apareceram e os salários estão em queda desde 1996. O crescimento do PIB tem sido píffio e volátil.

As pessoas estão irritadas com os índices de preços e estão perdendo de vista o ponto principal: a renda disponível e real está em queda devido ao ajuste fiscal e à privatização dos serviços públicos. Há outro problema a ser considerado: o avanço da remuneração variável. Desde 1994, com a edição da medida provisória da PLR (Participação nos Lucros e Resultados), está havendo um processo de flexibilização dos salários. Não haveria do que reclamar se ela aumentasse os rendimentos além da inflação. Mas não é o que ocorre. Na verdade, a PLR compõe parte da correção inflacionária, o que significa que o salário-base foi flexibilizado. Não é outro o resultado do ano 2000: o PIB cresceu, o desemprego caiu, a inflação recuou. Todos esses seriam fatores positivos para os salários. No entanto, os salários reais caíram mais de 5% na indústria e nos serviços, conforme pesquisa do Dieese/Seade.

Por último é importante ressaltar que o modelo neoliberal de crescimento econômico com flexibilização salarial resultou nos Estados Unidos em oito anos de prosperidade, com estagnação de salários e endividamento das famílias devido à abundância de crédito ao consumidor. Este pode muito bem vir a ser o modelo reproduzido aqui no Brasil no período de 2000 a 2002.

Antonio Prado é professor do departamento de economia da PUC/SP, assessor econômico da comissão executiva nacional do PT e foi membro da direção técnica do Dieese (1990/2000)

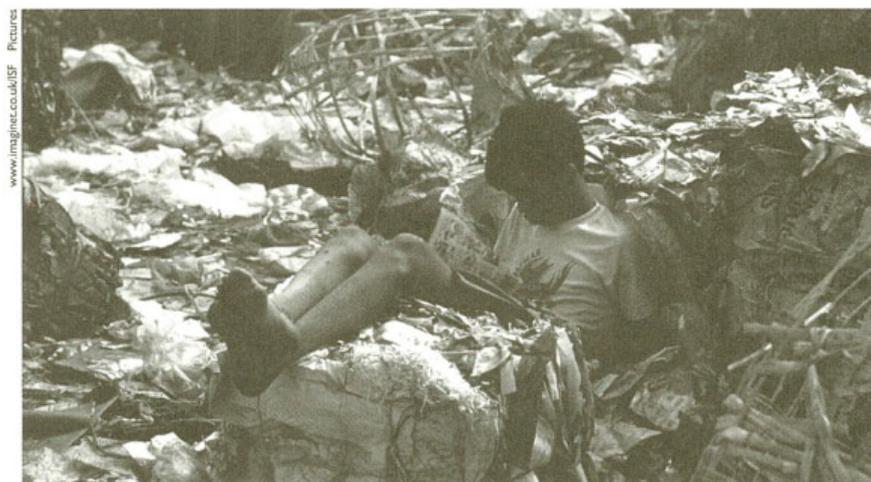
LUCIANO COUTINHO

A turbulenta descida do Jumbo-EUA

Uma aterrissagem turbulenta da economia americana tende a arrastar o mundo – e especialmente as economias mais vulneráveis como o Brasil – para uma crise penosa e desgastante

Vários fatores contribuíram para excitar e para esticar o ciclo expansionista americano na segunda metade dos anos 90. De um lado, as crises internacionais (México, 1995; Ásia, 1997; Rússia, 1998; Brasil, 1998-1999) provocaram no mundo inteiro uma onda defensiva de preferência pela liquidez (fugas de capitais) centrada nos títulos públicos americanos. Isso reforçou e sustentou os influxos de capitais para os EUA, facilitando o financiamento do seu crescente déficit externo em conta corrente.

De outro lado, a terceira revolução tecnológica ganhou forte impulso com notáveis avanços das tecnologias da informação no período 1995-2000, propiciando uma significativa aceleração dos ganhos de produtividade. Finalmente, o ciclo expansionista foi excitado pela extraordinária valorização dos ativos financeiros representativos da riqueza capitalista. A valorização da riqueza impulsionou extraordinariamente a propensão a consumir das famílias e induziu a um substancial movimento de endividamento.



Este conjunto de fatores de aceleração do ciclo era evidentemente vulnerável a reversões de expectativas dos agentes privados. Os primeiros sinais de mudança vieram em abril do ano passado com uma onda de desconfiança em relação aos preços superinflados das ações das empresas de tecnologia da informação na bolsa eletrônica – Nasdaq.

DESACELERAÇÃO DO TRANSATLÂNTICO

A fragilização das bolsas nos EUA, ao longo de 2000, veio

minando a confiança dos consumidores e tornando o crédito bancário mais seletivo e cauteloso. Esses fatores ganharam força no quarto trimestre do ano passado, quando se revelou uma clara desaceleração do gasto privado. Assim, o consumo de bens duráveis perdeu dinamismo rapidamente, retraindo-se no quarto trimestre de 2000. Os investimentos fixos se reduziram com mais intensidade, com destaque para a rápida desaceleração dos segmentos de equipamentos e software e construção residencial (os mais importantes na formação bruta de

capital), que apresentaram retração no final do ano.

Por outro lado, os segmentos mais relacionados ao consumo básico das famílias (bens não-duráveis e serviços, que juntos respondem por cerca de 58% da demanda final) seguiram apresentando crescimento significativo, com exceção dos não-duráveis no último trimestre do ano. Estes segmentos sustentam um ritmo de crescimento moderado e muito próximo à média, e tendem a ancorar o movimento da economia em momentos de retração do gasto que depende do crédito.

É altamente provável que se mantenham no primeiro e segundo trimestres de 2001 essas tendências de desaquecimento da formação de capital fixo pelo setor privado (inclusive construção) e também da demanda por bens de consumo duráveis. Sob este cenário, estes fatores de retração determinarão quedas significativas na produção industrial nos próximos meses com efeitos negativos sobre o emprego. O aumento gradativo da taxa de desemprego ao longo de 2001 (começando com o desemprego industrial e depois, de forma mais ampla, abrangendo a construção civil e os serviços) tenderá a minar ainda mais a confiança dos consumidores com conseqüente queda dos gastos de consumo.

Há, neste movimento circular recessionista de queda dos gastos, do emprego e da renda, um risco peculiar à conjuntura atual: a provável desinflação das bolsas e do valor dos imóveis nos próximos meses pode aguçá-la a queda do gasto privado se as famílias começarem a tentar restaurar o valor de seu patrimônio líquido através de cortes mais profundos nos gastos com o objetivo de aumentar a poupança corrente.

Este “efeito-riqueza negativo” é quase inevitável numa conjuntura em que as famílias vinham gastando acima e além da renda corrente confiantes na extraordinária valorização patrimonial (bolsas e imóveis) que agora se reverteu. A questão chave é, portanto, relativa à capacidade da política econômica moderar a intensidade deste processo.

AÇÃO DO FED E DE BUSH

O Fed, banco central norte-americano, vem se empenhando em abreviar o ciclo de baixa demanda e evitar que o ciclo recessivo ganhe *momentum*. Já promoveu, em janeiro, duas reduções importantes dos juros (queda de 6,5% para 5,5%) com vistas a evitar uma desinflação violenta dos ativos, moderando o “efeito-riqueza negativo” e, além disso, visando facilitar a rolagem das dívidas e melhorar a gestão dos ativos bancários, evitando com isso uma travada no crédito e um princípio de crise bancária. Em recente pronunciamento, a presidência do Fed demonstrou otimismo com a evolução dos indicadores, mas deixou clara a intenção de reduzir novamente os juros se houver necessidade.

A outra questão relevante diz respeito à eficácia do plano do governo Bush em promover um ajuste fiscal expansionista, por meio da redução de alíquotas do imposto de renda. O principal efeito da medida seria o de facilitar a recomposição da poupança (moderando o efeito riqueza negativo) por meio da elevação da renda disponível das famílias mais ricas (pois o IR é progressivo). Com isso, os níveis de consumo não se contrairiam acentuadamente. O impacto deste plano não será imediato. No

entanto, o governo aposta que o pacote será logo aprovado pelo Congresso para ter efeitos já no segundo semestre deste ano.

Está, portanto, lançada a aposta de que a difícil aterrissagem poderá ser pilotada. Além da ação contrabalancadora do Fed e do governo, há a expectativa de que ocorra uma redução gradativa do déficit comercial devido à redução das importações e a uma depreciação da taxa de câmbio. Neste ponto, há outro desafio: dado o tamanho do déficit externo norte-americano, o espaço para novas reduções de juros pelo Fed vai se estreitando, pois há o risco de que os capitais partam em direção a outras praças (como a Europa, que pode crescer de forma mais robusta em 2001), precipitando uma desvalorização abrupta e indesejável do dólar. Por isso, é crucial que o Banco Central Europeu também reduza a sua taxa básica de juros, evitando que o diferencial de juros entre os ativos-dólar/ativos-euro fique excessivamente comprimido.

Em resumo, a travessia dos próximos meses contém graves riscos para a economia mundial, pois as expectativas positivas vêm se fragilizando na União Européia e o Japão parece resvalar novamente para a recessão. Será indispensável um substancial afrouxamento das políticas monetárias com quedas de juros nos três blocos econômicos, coordenadas entre si. Será também imprescindível uma boa orquestração dos mercados cambiais. Caso contrário, uma aterrissagem turbulenta da economia americana tende a arrastar o mundo – e especialmente as economias mais vulneráveis como o Brasil – para uma crise penosa e desgastante.

As lições da luta contra a privatização do Banespa

A greve de dez dias que antecedeu o leilão de venda do Banco do Estado de São Paulo, no ano passado, contou com expressivo apoio da sociedade, representando um momento de grande mobilização contra o processo de privatização que arruína o país. É sobre essa luta que Eduardo Rondino, funcionário do banco desde 1984 e presidente da Associação dos Funcionários do Banespa (Afubesp) há duas gestões (96/02), fala nesta entrevista

Debate Sindical: Como se deu o processo de luta de vocês contra a privatização do Banespa?

Eduardo Rondino: O primeiro grande acerto do nosso movimento foi quando definimos uma estratégia clara no sentido de envolver toda a sociedade nesta luta. Não era um embate só contra o patrão, mas sim uma luta contra um modelo de governo.

Com a criação do conselho e da diretoria de representação dos funcionários, em 1983, nossa ação sindical passou a discutir não só reivindicações salariais e as



condições de trabalho, mas também a gestão do banco. Dessa forma, apresentamos uma proposta de administração do Banespa, em nosso congresso anual (junho de 1994), antes de estar colocada a questão da privatização.

O saldo desse processo foi a greve próxima ao leilão, uma paralisação de dez dias em que a maioria da população foi favorável. Foi um momento de conscientização do povo brasileiro, de perceber que o processo de privatização é danoso ao país, aos cofres públicos, à população – e não só aos funcionários.

O que ficou de toda essa mobilização depois da privatização?

Eduardo Rondino: Em primeiro lugar, não houve um processo de demissão em massa no banco. As entidades estão

funcionando normalmente, isto porque conseguimos uma organização interna forte e nos relacionamos muito com a sociedade, com os diversos poderes. Isto fez a diferença.

Perdemos uma batalha, mas não há um sentimento de derrota. O moral da tropa está elevado. Os trabalhadores do Banespa têm a visão do dever cumprido, inclusive como cidadãos, isto está muito presente e está fazendo diferença até no diálogo com o banco. Ele tem recebido as entidades, feito negociações. É claro que eles vão querer um novo acordo em setembro, vão querer tirar direitos e aí o resultado vai depender da nossa capacidade de organização interna e de articulação.

O Banespa tinha uma função social. Qual era essa função e como fica após a privatização?

Eduardo Rondino: O Banespa investia muito nas pequenas empresas, principalmente na área rural. A diretoria atual do banco fala em continuar com esse processo e nós estamos acompanhando para ver se isso vai se configurar ou não. Eu tenho defendido que nós temos que cobrar que o Banespa continue com a sua função social.

Defendi, recentemente, no congresso da Federação dos Bancários, que essa deveria ser a prática do sistema financeiro nacional. Esse é um debate cada vez mais urgente, porque o banco, seja ele privado ou oficial, é concessão pública, portanto ele é um intermediador financeiro. Seu papel é o de fomentar o desenvolvimento e isso não acontece. Temos que fazer um movimento que não se esgote no Banespa, pois enquanto esse sistema financeiro continuar agindo dessa forma, não vai ter mais emprego nem desenvolvimento para atender as demandas do povo.

O Fórum Social Mundial teve como lema “Um outro mundo é possível”. Sim, é possível que as empresas tenham como objetivo o lucro, mas o lucro como instrumento para satisfazer o ser humano. A economia tem de funcionar para atender a sociedade e não o contrário. O debate da privatização do Banespa está ligado a essa questão: para quem funciona o sistema financeiro?

E como ficou a situação dos funcionários quanto a salário, benefícios e emprego?

Eduardo Rondino: O acordo coletivo está sendo respeitado, mas estamos tendo outros problemas, como o desrespeito à jornada de trabalho. O pós-privatização não foi um *day-after*.

Os trabalhadores do Banespa têm a visão do dever cumprido, isto está presente e faz a diferença até no diálogo com o banco

Hoje as condições de trabalho, do ponto de vista das relações formais, são as mesmas. O que mudou é um frenesi, um tiroteio de metas. Existe uma pressão desumana para se atingir metas.

Quanto ao emprego, não há nenhum processo de demissões em massa em andamento. O que não podemos perder de vista é de que, como todo capitalista financeiro, eles têm uma estratégia não só para mudar nosso acordo coletivo, como também para trocar o funcionário que ganha R\$ 1.500,00 por um que ganhe R\$ 500,00.

Quais as conseqüências do Banespa ter sido comprado por uma instituição estrangeira?

Eduardo Rondino: Ainda é cedo para se ter um balanço. Eu sinto que o grupo Santander tem uma estratégia diferenciada, há mais espaço. Mas eu não tenho a ilusão de que pelo fato do Santander ser estrangeiro os funcionários atuais, por inércia, vão ficar no banco. Muito pelo contrário.

Eles estão falando em crescimento, em abrir mais agências, mas pode ser uma bomba de nêutron. A empresa

pode crescer, mas quem vai ficar dentro? Crescer e trazer mais trabalhadores seria ótimo, é o que queremos. Mas colocar outros ganhando menos, isso não vamos aceitar. Vamos fazer uma luta intensa.

Os funcionários do Banespa tiveram a competência profissional e política de manter o banco de pé nos últimos seis anos. Diariamente saiam manchetes em jornais, rádios e TV que diziam que o banco ia quebrar, ser liquidado no dia seguinte, etc. A campanha que se fez para enfraquecer o Banespa foi muito grande. Se pegarmos os outros processos de intervenção do governo federal, seja em banco privado ou estatal, houve queda acentuada na quantidade de clientes e nas operações. No Banespa, não. A gente conseguiu manter a clientela.

E qual será o futuro da Afubesp?

Eduardo Rondino: O futuro da Afubesp, a exemplo do que acontece com todo o movimento do Banespa, ainda é um debate. Temos todas as chances de crescer, embora possa parecer uma contradição. Mas esse crescer sempre estará ligado a nossa capacidade de organização junto aos funcionários. Devemos ampliar a prestação de serviço junto aos associados, temos de ver formas para que as pessoas da sociedade que queiram participar da Afubesp tenham essa possibilidade. Também podemos crescer muito junto aos aposentados. Nesse processo, a Afubesp tornou-se uma grande referência, é reconhecida e respeitada dentro e fora do Banespa.

Entrevista concedida à Antônio Rangel, mestre em história e membro da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

Janil Isonai



Plebiscito nacional retira direito dos bancários

É preciso tirar lições da dura derrota, na qual os trabalhadores perderam a histórica conquista do anuênio por tempo de serviço (ATS)

ÁLVARO GOMES

O mundo vive um momento de ofensiva neoliberal, na qual a burguesia busca maximizar suas taxas de lucros retirando direitos dos trabalhadores. No Brasil, o quadro não é diferente. Contrato temporário, demissão temporária, redução da jornada com diminuição salarial, recusa da convenção 158 da OIT (norma internacional que limita a demissão imotivada), banco de horas, remuneração variável, entre outras, são algumas das medidas implementadas pelo governo FHC nos últimos anos com o

objetivo de favorecer o grande capital. Além disso, terceirização, “estagiariização”, “quarteirização” e falsas cooperativas são algumas das formas patronais para precarizar ainda mais as condições de trabalho.

Foi neste contexto, bastante adverso aos trabalhadores, que se deu o plebiscito nacional dos bancários, no período de 6 a 8 de dezembro de 2000. Seu objetivo era definir a inclusão ou não de uma cláusula no acordo coletivo da categoria que previa a retirada de um direito conquistado em

1963, depois de uma greve nacional dos bancários – o ATS (Anuênio por Tempo de Serviço).

O resultado do plebiscito foi favorável aos banqueiros, representando uma dura derrota dos bancários. Dessa forma, no acordo de 2000/2001, celebrado entre os sindicatos de bancários de todo Brasil e Federação Nacional dos Bancos, foi incluído um artigo prevendo que os novos contratados não terão direito ao ATS e que os atuais funcionários podem receber um valor de R\$ 1.100,00, sem acumular novos

anuênios, ou não receber a indenização e continuar agregando novos anuênios.

Cerca de 130 mil bancários participaram do plebiscito, sendo que 61% votaram a favor da retirada do anuênio, 38 % contra e 1 % votou nulo ou branco. A única federação que derrotou os patrões foi a dos Bancários da Bahia e Sergipe; em todos os demais Estados, os banqueiros ganharam este embate.

LIÇÕES DA DERROTA

É preciso tirar lições dessa derrota para que o movimento sindical aprenda a enfrentar as situações de dificuldades. O maior erro não foi ser derrotado no plebiscito, mas sim aceitar a realização do mesmo, com um agravante de concordar com as regras que foram nitidamente desfavoráveis aos bancários.

Não se trata de buscar “bodes expiatórios”, já que a executiva nacional dos bancários (CNB) aprovou, por unanimidade, a realização do plebiscito. É fato, entretanto, que muitas lideranças sindicais tinham sido informadas de que proposta partiu dos banqueiros e de que o processo seria todo encaminhado pelos bancários. Posteriormente, soube-se que, na realidade, a proposta fora apresentada pelo próprio comando dos bancários como forma de resolver um impasse nas negociações com o patronato.

Existem milhares de agências bancárias espalhadas pelo país. O banco tem seus agentes em todas, sem exceção, ao passo que os bancários – em função de diversas dificuldades, em especial da ausência da estabilidade no emprego – não têm representação em muitos locais de trabalho. Este fato, por si só, já colocava os

banqueiros com vantagens incalculáveis. Em inúmeras agências, as eleições ocorreram sem qualquer representação e controle sindical.

As regras do plebiscito também foram totalmente desfavoráveis. Até mesmo a cédula de votação foi vantajosa para os banqueiros. Além disso, em alguns locais não foi nem garantido o voto secreto. No caso das agências com poucos funcionários, na qual a apuração ocorreu na própria unidade, os bancos tiveram completo controle de quem votou a favor ou contra a proposta. Muitos trabalhadores, mesmo sendo contrários à retirada do anuênio, foram obrigados a votar a favor para não serem retaliados.

Na sua ganância por altos lucros (só o Bradesco lucrou R\$ 1,7 bilhões em 2000), os banqueiros há muito buscam retirar direitos dos bancários. Eles já tentaram implementar o trabalho aos sábados e falam agora em fracionar a jornada de trabalho e até mesmo aumentar, retirar a gratificação semestral e diferenciar o salário de ingresso por região. Mas os bancários sempre souberam reagir com firmeza e mantiveram as suas conquistas – apesar das posições vacilantes de algumas correntes sindicais. No caso do trabalho aos sábados, muitas lideranças até foram favoráveis a esse retrocesso na contratação.

DERROTA ANTECIPADA

No momento em que o neoliberalismo acumula desgastes e o discurso da flexibilização perde terreno, o movimento sindical bancário permite a retirada de um direito histórico. É certo que várias categorias tiveram retroces-

os nos seus direitos nos últimos tempos – em alguns casos, até mesmo com o endosso de dirigentes sindicais. Mas não devemos nos orientar pelos erros de outros. Portanto, não deveríamos aceitar um processo que já anunciava antecipadamente a derrota da categoria.

O impasse na campanha salarial dos bancários da rede privada em 2000 foi real. Entretanto, não havia porquê ter pressa em assinar o acordo. Era possível esperar o tempo necessário para manter os nossos direitos. Os banqueiros, por seu papel nocivo na sociedade, acumulam um desgaste extraordinário na população. Isto nos dava um cacifê muito grande, que boa parte do comando sindical subestimou. Era possível fazer greves surpresas, paralisações parciais e outras formas de protesto. Diante do descrédito dos bancos, o nosso trunfo era, sem dúvida, maior do que o deles. A perda do anuênio, portanto, poderia ter sido evitada se houvesse uma estratégia correta de condução da campanha salarial.

Esse retrocesso aconteceu em função de vários fatores: inexperiência ou equívoco de vários dirigentes sindicais, a distorção já citada nas informações, regras impostas favoráveis aos banqueiros, etc. O movimento sindical bancário precisa, portanto, fazer autocrítica e não cometer um erro tão elementar como a aceitação do plebiscito – e a conseqüente derrota anunciada. Aqueles que tinham um mínimo de experiência sindical sabiam que naquelas condições o direito histórico dos bancários seria retirado.

Álvaro Gomes é presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia e membro da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC/CUT)

BRENO ALTMAN

O avesso do avesso

O presidente venezuelano Hugo Chávez declara guerra contra a burocracia sindical de seu país e o resultado dessa batalha poderá ser decisivo para o futuro da “revolução bolivariana”

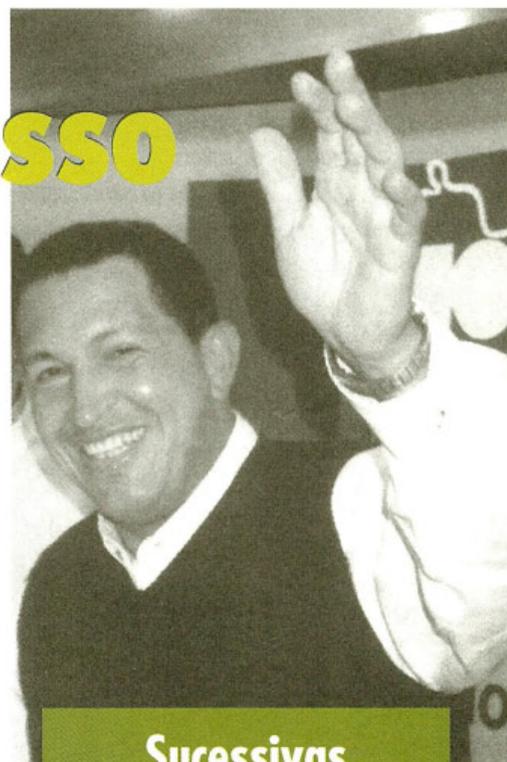
O sindicalista Federico Ramírez Leon, apesar do ar-condicionado, transpirava sem cessar. A testa estava molhada e as mãos um pouco trêmulas. Ocupava a cabeceira da mesa de reuniões no 18º andar do edifício Jose Maria Vargas, no centro de Caracas. Quando saiu de casa naquela manhã, no último seis de dezembro do milênio, a decisão já havia sido tomada. O presidente da Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV) trazia uma carta de demissão no bolso que anunciava a renúncia coletiva dos dirigentes da central.

Apesar dos resmungos belicosos de alguns companheiros, Ramírez sabia que não tinha outra saída. O resultado do referendo sindical, realizado três dias antes, impusera uma derrota histórica a seus seguidores. O índice de abstenção foi elevado, com a ausência de 76,5% dos eleitores, mas 72,3% dos 2,63 milhões de votantes responderam positivamente à pergunta apresentada, concordando com “a renovação total das direções sindicais em um prazo de 180 dias e a imediata suspensão de seus mandatos”. Nas horas quentes da apuração

houve quem, no interior da CTV, propusesse o desrespeito à consulta convocada pela Assembléia Nacional (o parlamento do país). A velha cúpula sindical, no entanto, fez seus cálculos e limpou as gavetas.

A VELHA BUROCRACIA

Durante quarenta anos, desde a queda da ditadura do general Marcos Perez Jimenez (1952-1958), a central desempenhara um papel importante na articulação do sistema político fundado sobre o bipartidarismo entre a Ação Democrática (AD, social-democrata) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei, social-cristão). Nos primeiros anos, a CTV ainda abrigava o sindicalismo mais combativo, ligado ao Partido Comunista. Mas a partir da consolidação do regime, com a Constituição de 1961, seus líderes foram paulatinamente incorporados ao pacto conservador, com a tarefa de conter as lutas sociais e eliminar os focos de contestação. O prêmio por esses préstimos era sua integração à burocracia do Estado, como associados dos



Sucessivas gerações de sindicalistas da CTV receberam cargos nababescos em diretorias de institutos previdenciários, de autarquias estatais e até de bancos oficiais

privilégios propiciados pela economia petroleira (a Venezuela é o terceiro maior exportador mundial de óleo bruto). Sucessivas gerações de sindicalistas da CTV receberam cargos nababescos em diretorias de institutos previdenciários, de autarquias estatais e até de bancos oficiais.

Os inimigos de Hugo Chávez, depois de décadas encastelados no poder público

Aqueles que ousavam resistir ao novo curso da central, que passou a ser controlada pela Ação Democrática, eram severamente punidos pelo longo braço do Estado. Os filiados rebeldes acabavam excluídos das listas de votação e qualquer reclamação esbarrava em uma Justiça corrompida até a medula. Por leis não escritas, a maioria dos empregos públicos estava reservada para os inscritos em algum dos dois partidos dominantes. Mesmo os postos de trabalho na indústria e no comércio eram oferecidos levando em consideração um critério partidista. A democracia venezuelana, inclusive no plano sindical, parecia com sua congênere mexicana, que um dia o escritor Otávio Paz chamou de “ditadura perfeita”. A forma institucional disfarçava uma tirania que se espalhava por todos os espaços sociais. Até que as eleições presidenciais de 1998 colocaram o país de pernas para o ar, com a vitória do ex-militar Hugo Chávez.

Um dos problemas mais graves na agenda do novo presidente, que assumiu o governo em fevereiro de 1999, estava focado

nessa questão sindical. A primeira batalha, não havia dúvidas, seria travada contra o núcleo do sistema: a rede de instituições parlamentares, administrativas e judiciais que medulava o antigo regime. Mas, em seguida, o teatro de operações deveria ser deslocado

para a organização de forças sociais que pudessem defender as mudanças anunciadas por Chávez. A situação era de terra arrasada. A vitória progressista contra o bipartidarismo não tinha sido precedida pelo robustecimento de entidades classistas ou associativas, mas pela sedução

exercida sobre a massa de miseráveis desorganizados, que pagavam a conta da desestruturação econômica, pelos militares que atuaram nos levantes anti-sistema de 1992. Essa foi a fórmula da insurreição eleitoral dos últimos dois anos, com a aliança de esquerda logrando seguidos e impressionantes sucessos sem partidos ou sindicatos fortes. Mas essa atração inorgânica não parece mais ser suficiente, particularmente em um cenário no qual os adversários preservaram poder econômico, monopólio dos

meios de comunicação e apoio dos círculos financeiros internacionais.

A heterodoxia do processo venezuelano, entretanto, também se revelou no tema sindical. A tradição progressista mandaria que o assunto fosse equacionado através de um modelo qualquer de autonomia: os trabalhadores deveriam resolver, por conta própria, sem a intervenção do Estado, as questões pertinentes à sua organização. Essa era a posição de vários grupos de esquerda, como a Frente Constituinte dos Trabalhadores (dirigida por Froilán Barrios, um deputado da aliança chavista) e o Novo Sindicalismo (apoiado pela Causa R, um partido que não participa da coligação governista). A direção da CTV alinhou-se com essa tese, talvez confiante que seu controle sobre as engrenagens ainda era suficientemente forte.

CONSULTA POPULAR

Mas o presidente tinha outros planos. Pretendia arrebentar, de fora para dentro, as estruturas construídas no passado. “Uma autêntica liberdade sindical só pode ser estabelecida por meio de uma consulta ao povo”, explicou o então chanceler Jose Vicente Rangel, atualmente ministro da Defesa, a uma delegação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), acerca da convocação do referendo. “A direção sindical tradicional está tão enquistada que sua remoção não pode ocorrer por via ordinária”.

72,3% dos 2,63 milhões de votantes optaram pela “renovação total das direções sindicais em um prazo de 180 dias e a imediata suspensão de seus mandatos”

“Estamos propondo uma Constituinte no mundo do trabalho”, explica Nicola

, fazem juras de autonomia e liberdade para manter seu burro na sombra

As conseqüências práticas do plebiscito logo ultrapassaram a demissão do comando da CTV. Ao suspender os mandatos sindicais, mesmo às custas de gerar um vácuo nas relações de trabalho até novas eleições, a decisão popular tirou legitimidade de todas as direções e reabriu, de alto a baixo, a discussão sobre o padrão organizativo do sindicalismo venezuelano. O bloco que lutou contra o referendo concentra seus esforços em garantir os procedimentos eletivos até 19 de junho, quando vence o prazo legal. As pré-condições para essa etapa – a realização de um censo sindical e a elaboração de um estatuto eleitoral – estão sendo implementadas pelo Poder Eleitoral, um braço estatal responsável por fiscalizar todo tipo de eleição institucional, partidária ou associativa. A idéia desse grupo é recuperar a autonomia a partir do voto, preservando as antigas entidades ou criando outras novas sem a interferência do governo. Contam, nessa empreitada, com o apoio da OIT e da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (Ciosl, a principal central mundial, a qual está filiada, por exemplo, a CUT brasileira).

O bloco chavista, no entanto, escolheu outro caminho. A Frente Bolivariana de Trabalhadores (comandada pelo deputado e sindicalista Nicolas Maduro, do Movimento V República, o partido do presidente), a Central Única dos Trabalhadores Venezuelanos (CUTV, uma



A vitória de Hugo Chávez contra o bipartidarismo conservador não foi precedida pelo fortalecimento das entidades classistas

organização minoritária sob hegemonia comunista) e a Autonomia Sindical (ligada ao Partido Pátria para Todos) defendem a convocação de uma Assembléia Nacional dos Trabalhadores que anteceda as eleições sindicais. As empresas elegeriam delegados para encontros regionais e, esses, para uma plenária final que decidiria o formato do movimento sindical, provavelmente com a criação de

uma central unitária. Mesmo os trabalhadores sem filiação aos sindicatos poderiam votar. “Estamos propondo uma Constituinte no mundo do trabalho”, explica Maduro. O futuro pleito para os mandatos das entidades obedeceria, assim, ao novo desenho organizativo.

A turma antiga da CTV não quer ouvir falar nessa história. Aos seus ouvidos soa como uma sentença de morte. No final de março, em uma manobra desesperada, os representantes da velha central propuseram a eleição simultânea de dirigentes sindicais e delegados para a assembléia. O raciocínio é simples: um acordo desse tipo permitiria a recuperação da legitimidade dos organismos moribundos, impedindo que a instância proposta por Maduro decretasse sua liquidação pura e simples. Os chavistas não querem nem conversar a respeito. Mergulharam na implementação de seu plano e ameaçam transformá-lo em lei no parlamento.

Outra vez, para destruir as casamatas do antigo regime, apelam para a mão pesada do Estado. É o avesso do avesso. A “revolução bolivariana”, fortemente inspirada por um desejo popular de descentralização, descobre que sua força reside na profunda mudança política que conseguiu realizar desde a vitória de Chávez. Seus inimigos, depois de décadas encastelados no poder público, fazem juras de autonomia e liberdade para manter seu burro na sombra.

Tecnologia e exploração no Vale do Silício

“Feroz competição entre os subcontratadores, salários de miséria, trabalho por peça, perigos químicos e ergonômicos, violações de leis sobre saúde e bem-estar, falta de segurança e de liberdade sindical, represálias patronais e uma força de trabalho de imigrantes, majoritariamente mulheres. Essas condições de trabalho são muito próprias das empresas que o público conhece como maquiadoras”

Alguém poderia pensar que essa citação se refere às fábricas da Nike na Indonésia ou as da GAP no Haiti. Mas não é isso. Esses comentários foram apresentados por Lani Hironaka, diretora do Centro de Saúde e Bem-Estar Trabalhista do Condado de Santa Clara, Califórnia, em audiência no Senado sobre as condições trabalhistas na indústria de semicondutores do Vale do Silício. Atualmente, o público tem mais informações sobre as maquiadoras do Terceiro Mundo e ignora que elas são muito comuns nos Estados Unidos, sobretudo no coração da indústria de alta tecnologia – nos arredores da cidade de San José, no Condado de Santa Clara, Califórnia.

A imprensa fala da “febre do ouro” do Vale do Silício – onde a cada dia 64 pessoas ficam milionárias, o presidente de uma companhia ganhou US\$ 117 milhões no ano de 1999 e os altos executivos ganham 220 vezes mais do que os operários. No entanto, oculta a fonte dessas grandes fortunas. A esmagadora maioria dos trabalhadores da linha de montagem ganha muito

menos do que US\$ 13 por hora. Mesmo os que recebem essa faixa salarial não saíram da pobreza, pois o custo de vida no Vale do Silício é muito alto. O governo federal considera que uma família (quatro pessoas) que ganha menos de US\$ 17 mil por ano (como é o caso de 9% dos habitantes do Vale do Silício) vive na pobreza. E reconhece que US\$ 17 mil valem menos ainda nesse local devido ao altíssimo custo de vida, principalmente da moradia.

Como eles sobrevivem? Trabalhando mais horas, em dois ou três empregos. Antes, era comum os homens imigrantes terem um segundo emprego na economia informal. Agora esse fenômeno tem se estendido às mulheres. Isso, para elas, implica



O aumento da exploração, principalmente dos imigrantes, tem gerado constantes protestos nos EUA

em três trabalhos (“três jornadas”, como se costuma dizer): na indústria, na economia informal (lavando roupa ou limpando casas) e em sua residência.

INFERNO DOS IMIGRANTES

Um artigo do *New York Times*, de 18 de abril passado, relatou a vida de uma latina que trabalha de faxineira para uma das grandes corporações do Vale do Silício. Ela passa horas varrendo e limpando banheiros. Às três da madrugada, chega para dormir numa garagem onde vive com seus três filhos. Levanta-se às 7h30min, arruma as crianças para irem à escola e sai para a luta do dia – pois os US\$ 954 que ganha no trabalho noturno mal dá para pagar o aluguel da garagem (cerca de US\$ 750).

Muitos imigrantes vivem atulhados em pequenos apartamentos. Segundo um pesquisador, em média um grupo de quatro adultos e três crianças vive num apartamento de dois cômodos. O *New York Times* falou de uma família de quatro pessoas que vive num cômodo e reparte a casa com mais três famílias, num total de 22 pessoas. Os repórteres entrevistaram 32 mulheres da Malásia, que ganham US\$ 8 por hora, fazem horas extras e têm dois trabalhos. E, como não têm recursos para terem seu próprio apartamento, compartilham a moradia com outras famílias.

Muitos imigrantes não têm casa e simplesmente pagam US\$ 150 a US\$ 200 para dormir na sala de um apartamento. As mesmas pressões econômicas que obrigam uns a alugar, obrigam outros a oferecer para não perder sua casa ou seu apartamento. O

New York Times informa que pessoas com bom emprego não têm recursos para manter um apartamento. “Professores, policiais, bombeiros e profissionais de venda, que ganham acima de US\$ 50 mil por ano e viviam bem em outra cidade, agora procuram os albergues”. O artigo menciona que pessoas com três trabalhos, que ganham US\$ 15 por hora e dormem no transporte público porque seus recursos não permitem alugar uma casa.

Parece incrível que haja trezentas maquiadoras no Vale do Silício. No geral, pensa-se que as grandes corporações, como Intel, Hewlett-Packard e Cisco Systems, transferiram suas fábricas para o Terceiro Mundo nos anos 80. É certo que demitiram milhares de operários e transferiram muitas fábricas, mas também criaram sua rede de maquiadoras nos EUA. Como não contratam diretamente os operários, elas não respondem pelos salários baixos e pelas más condições de trabalho.

Segundo o jornal *San José Mercury News*, de 12 de junho de 1999, as subcontratadas rebaixam os custos de produção em cerca de 50%. É natural, portanto, que a maior empresa de subcontratação, a Solectran, uma das dez maiores corporações do país, esteja no Vale do Silício. Quatro dessas empresas estão entre as 150 maiores corporações dos Estados Unidos. Esse é o setor do mercado de alta tecnologia que mais cresce no Vale do Silício.

TRABALHO POR PEÇA

Para os patrões, trabalho por peça e trabalho em domicílio (em lugar de pagar horas extras) são

formas de reduzir custos e aumentar a rapidez da produção. Subcontratadoras, como a Solectron, fabricam produtos para as grandes corporações, como Hewlett-Packard ou Cisco. A Solectron, por sua vez, tem subcontratadoras, como a Top-Line; e esta, por sua vez, pressiona os trabalhadores para levarem serviço para casa. É comum a utilização de idosos e crianças na execução desses trabalhos, recebendo salários abaixo do mínimo. As companhias dizem que esses trabalhadores são “subcontratados independentes” e assim burlam as leis trabalhistas sobre salário mínimo, horas extras, proteção social, etc.

Além das longas jornadas e salários de miséria, trabalhar nas maquiadoras prejudica a saúde. As companhias violam as leis e regulamentos e não existe proteção para os operários. Segundo o Departamento de Estatísticas Trabalhistas, os operários da indústria de alta tecnologia, tanto na Califórnia como em todo o país, ostentam a maior taxa de “envenenamento sistemático por substâncias químicas”.

Os trabalhadores se vestem de branco dos pés à cabeça, mas os uniformes protegem os produtos, não eles. É comum a polícia parar os operários por estarem embriagados quando saem do trabalho. Eles se embebedam com os altos níveis de álcool industrial que aspiraram no trabalho. As substâncias químicas utilizadas na fabricação de computadores e outros produtos de alta tecnologia provocam câncer, abortos e doenças respiratórias crônicas.

Extratos do artigo publicado no jornal *Obrero Revolucionário* e reproduzido no boletim eletrônico *Rebelión*. Tradução: Osvaldo Bertolino

O proletariado tenta "tomar o céu de assalto"



Há 130 anos, o proletariado de Paris, segundo Marx, “tentou tomar o céu de assalto”, ao se insurgir contra o governo burguês-monarquista de Thiers e protagonizar a primeira experiência de governo proletário e socialista da história da humanidade. Mesmo ocorrida há mais de um século, a Comuna de Paris de 1871 continua atual e o seu estudo contribui para desnudar conhecidas e velhas falácias de fim da história e da vitória definitiva do mercado.

Os antecedentes imediatos à deflagração da Comuna de Paris ocorrem a partir de 1º de

Passado mais de um século, a Comuna de Paris de 1871 continua atual e o seu estudo contribui para desnudar as velhas falácias sobre o “fim da história”

setembro de 1870, com a derrota do exército imperial francês para os prussianos, na Batalha de Sedan, e a rendição e prisão do Imperador Napoleão III, colocando fim ao II Império. A 4 de setembro, tropas prussianas iniciam a ocupação da França e marcham rumo a Paris.

Estando o país sem um governo legítimo, são criadas as condições para que a população parisiense dê início a uma insurreição popular reivindicando a instalação da República. Imediatamente, através de hábeis articulações políticas que permitem a aliança entre

SÍLVIO COSTA

republicanos e monarquistas, é formado um governo provisório. Este é imediatamente pressionado pelas classes populares, sendo obrigado a entregar armas ao proletariado e a organizar a defesa da capital.

PROLETARIADO ARMADO

A dubiedade e vacilações do Governo de Defesa Nacional acabam por provocar certo vazio político e militar, criando as condições para que a Guarda Nacional, composta por proletários, passe a assumir papel destacado na organização da resistência. A 19 de setembro de 1870, as tropas prussianas cercam Paris e enfrentam heróica resistência, não conseguindo ocupá-la. No dia seguinte, o governo provisório inicia conversações sobre as condições prussianas para a paz.

O Governo de Defesa Nacional “passa a negar-se a organizar a luta contra as tropas prussianas. O general monarquista Trochu, chefe do estado-maior, declara: ‘não podemos nos defender; estamos decididos a não nos defender’. Entretanto, Paris não aceita essa capitulação e opta por lutar até o fim. Pressionado pelos parisienses, o governo é obrigado a ensaiar resistência e o general Trochu chega a organizar algumas escaramuças, colocando deliberadamente os soldados franceses em situação de desvantagem frente aos inimigos” (Lissagaray).

A 31 de outubro de 1870, uma grande manifestação popular em Paris exige uma melhor organização da resistência, condena os entendimentos visando o armistício, reivindica

Diante do cerco prussiano, o general monarquista Trochu declara: “Não podemos nos defender; estamos decididos a não nos defender”

eleições e a formação e instalação da *Comuna*. Essa tentativa acaba por fracassar em decorrência da falta de organização e de decisões rápidas e centralizadas entre os insurretos, por falta de dirigentes reconhecidos e respeitados e por não conseguir organizar um governo adequado às exigências do momento. O general Trochu consegue impor-se e prende cerca de 60 insurgentes.

Porém, o proletariado não se intimida. Passa a organizar a resistência e, por iniciativa popular, as prisões são invadidas e libertados os prisioneiros políticos. É iniciada, então, a organização do poder proletário, independente do governo burguês-monarquista, que avançava em sua pretensão de capitular às tropas inimigas. Nestes embates vão surgindo e se afirmando lideranças proletárias.

PACTO DE CAPITULAÇÃO

As classes dominantes, republicanos e monarquistas, frente à ousadia proletária, passam a fixar como inimigo principal não as tropas prussianas,

mas sim o proletariado de Paris, que demonstra não aceitar passivamente a rendição. As tropas prussianas, frente às divergências entre o governo e o proletariado, aceitam suspender a guerra e negociar o armistício. Para isto, impõem como exigências: realização de eleições para a formação de uma Assembléia Nacional e de um governo com “legitimidade” para assinar a rendição; desarmamento da Guarda Nacional; e a concordância com a ocupação de dois fortes de Paris. Desse modo, a contra-revolução francesa alia-se à prussiana.

Algumas guarnições da guarda nacional, do exército e de marinheiros recusam-se a entregar as armas e a abandonar seus postos na defesa de Paris. Neste contexto, a guerra civil transforma-se de possibilidade em algo real e inevitável. Mas, para evitar a guerra civil e as provocações, os amotinados recuam, acatam os termos do armistício e permitem a entrada de tropas prussianas em Paris e a ocupação dos Campos Elísios.

O pacto de capitulação acertado com os prussianos impunha a realização de eleições no prazo de oito dias. Para os franceses, ficava evidente que com o armistício e as eleições, o governo a ser formado dificilmente deliberaria pela resistência e pela luta contra as tropas de ocupação.

Acertado o armistício, o governo convoca imediatamente, sob seu total controle, as eleições para a Assembléia Nacional. “Naquele momento, mais de um terço do território estava nas mãos do inimigo; a capital se encontrava isolada das províncias e todas as comunicações estavam desorganizadas. Em tais

O governo provisório, pressionado pelas classes populares, é obrigado

circunstâncias, era impossível escolher uma representação autêntica da França, a não ser que se tivesse tempo suficiente para preparar as eleições. É por isto que o pacto de capitulação especificou que se deveria escolher uma Assembléia Nacional em um período de oito dias. Além disso, segundo uma cláusula do pacto de capitulação, a Assembléia deveria ser eleita com o único objetivo de votar a paz ou pela continuidade da guerra e, eventualmente, para concluir um acordo de paz” (Marx).

Estes fatos, associados ao cerco de Paris, criam condições extremamente favoráveis aos conservadores e reacionários que, com a benevolência dos prussianos, desenvolviam por toda a França volumosa campanha de calúnias contra os republicanos, os socialistas e o proletariado parisiense. A Assembléia Nacional, eleita de forma profundamente antidemocrática e temendo a revolta parisiense, escolhe Thiers, conhecido monarquista legitimista, como chefe de governo. Sua atribuição é a de acertar as condições de rendição da França com a Prússia. Para concretizar tal objetivo, ele teria que reprimir a oposição e a revolta de Paris.

PODER PROLETÁRIO

Os parisienses, que procuravam organizar seu próprio governo, não rompem de imediato com a Assembléia Nacional e o governo em Versalhes. Propõem negociar e

fazem duas reivindicações: autonomia de Paris, com direito de eleger seus representantes e governantes; e não efetivação da rendição incondicional antes de um debate nacional.

Frente à ousadia proletária, as classes dominantes francesas passam a fixar como inimigo principal não as tropas prussianas, mas o povo rebelado

A Assembléia Nacional não aceita negociar e, numa atitude provocativa, transfere a Assembléia e o governo para Versalhes, suspende o pagamento do soldo da guarda nacional e a lei de congelamento e prorrogação do pagamento das dívidas e aluguéis. Essas decisões permitem consolidar a união do proletariado com a pequena e média burguesia e ampliar e fortalecer a disposição de resistência.

A intransigência de Versalhes provoca, em contrapartida, o crescimento das idéias revolucionárias e, a cada dia, o proletariado conquista novos apoios, amplia seu arsenal e fortalece a defesa da cidade. Thiers, intransigente e temeroso,

compreende que é chegado o momento de ocupar militarmente Paris, isto porque em poucos dias seria impossível quebrar a resistência e submeter o proletariado, que se encontrava protegido pelos muros fortes e uma topografia favorável.

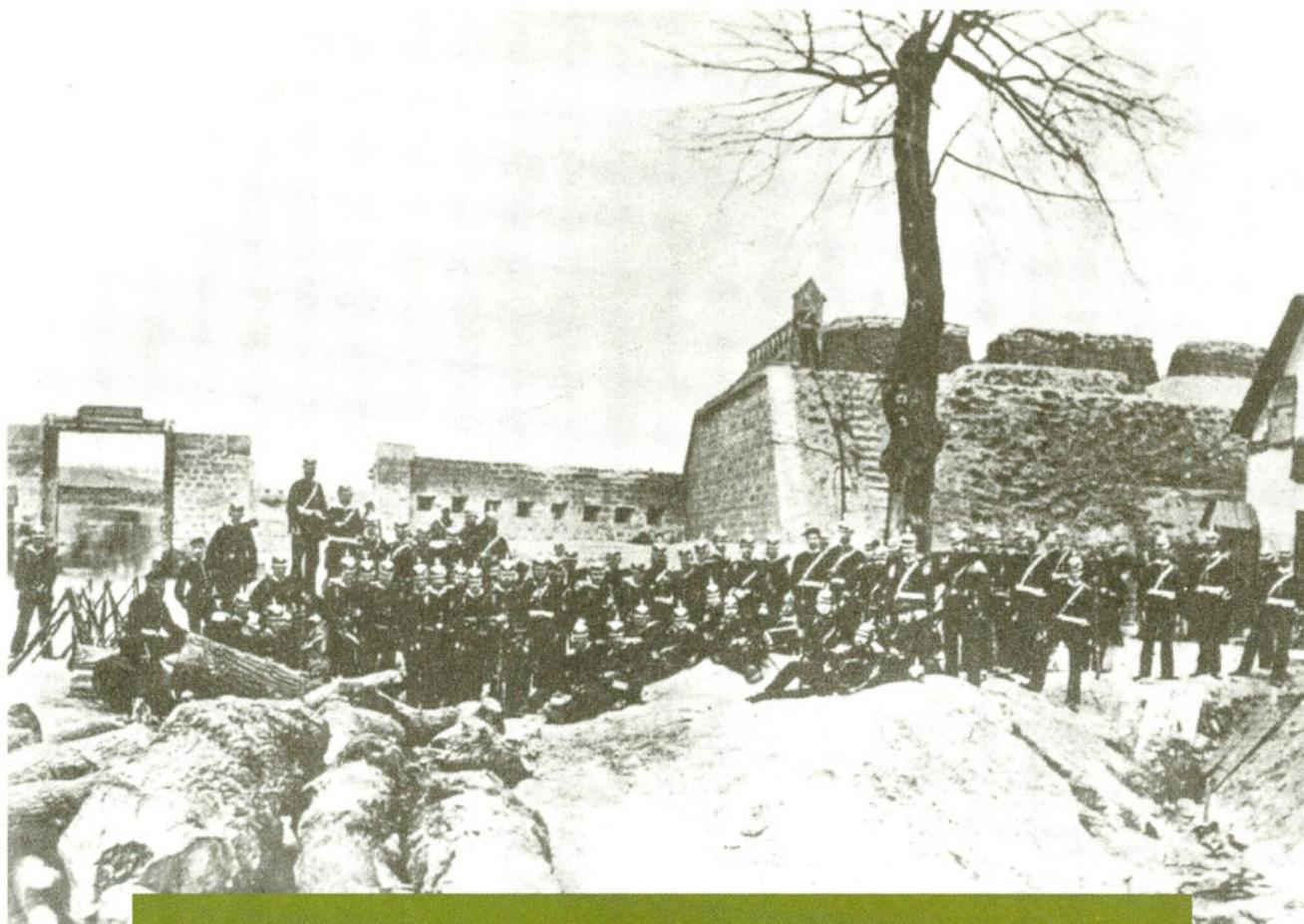
Neste sentido, o governo Thiers, assumindo-se como representante da contra-revolução francesa e europeia, passa a exigir a capitulação dos parisienses e a entrega das armas e canhões e, ao mesmo tempo, efetiva os preparativos para atacar Paris. Estabelece negociações com Bismarck e consegue a libertação dos soldados franceses aprisionados.

A 18 de março, as tropas sob ordens de Thiers ocupam as colinas de Montmartre e tentam roubar os canhões da guarda nacional, mas são surpreendidos por populares. Frente à resistência, o comandante das tropas ordena aos soldados abrirem fogo sob a multidão, que não se intimida. Diante do impasse, os soldados confraternizam-se com a população, permitem a prisão e o posterior fuzilamento do comandante e de outro oficial.

Assim, rompida qualquer possibilidade de negociação com o governo de Versalhes, o proletariado e a guarda nacional ocupam Paris. É iniciada a organização da primeira experiência de governo proletário-popular, que “possibilitou aos estudiosos do socialismo perceberem que nenhum novo poder se estabelece sem que a máquina estatal-burocrática que

Soldados se confraternizam com os *communards* e permitem a prisão e

a entregar armas ao proletariado e a organizar a defesa da capital



Infantaria prussiana no forte Double Couronne, em St. Denis (1870-1871)

sustentava o poder anterior seja completamente destruída” (Campos Filho).

A Comuna de Paris de 1871, mesmo derrotada militarmente, foi um acontecimento que significou uma virada qualitativa no processo revolucionário no mundo moderno. Pela primeira vez na história, o proletariado mostrou a possibilidade de destruição da sociedade burguesa, que ainda se afirmava como hegemônica, e a construção de uma nova sociedade, mais

igualitária e fraterna. Ainda hoje, como há mais de um século, as reivindicações dos *communards*, de “liberdade, igualdade e fraternidade”, efetivamente reais, bem como seus ideais, continuam presentes e proporcionam a seiva que leva à construção de uma nova sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- Campos Filho, Romualdo Pessoa. *A vítima da democracia burguesa*. In *Opção*,

ano V, número 242, Goiânia, 16 a 22 de maio de 1999, Caderno Opção Cultural

- Costa, Silvio. *Comuna de Paris: o proletariado toma o céu de assalto*. Editora Anita Garibaldi/UCG, São Paulo/Goiânia, 1998
- Lissagaray, Hippolyte Prosper-Olivier. *Historia da Comuna de 1871*. Editora Ensaio, S.Paulo, 1991
- Marx, Karl. *A guerra civil na França*. In Marx y Engels, Textos I, Volume 3, Editora Alfa-Ômega, S.Paulo, 1977

Silvio Costa é professor de sociologia e ciência política na Universidade Católica de Goiás, doutorando na Universidad Complutense de Madrid e autor, entre outros, do livro *Comuna de Paris: o proletariado toma o céu de assalto*. Correio eletrônico: silviocostabrazil@hotmail.com

ANDRÉIA GALVÃO

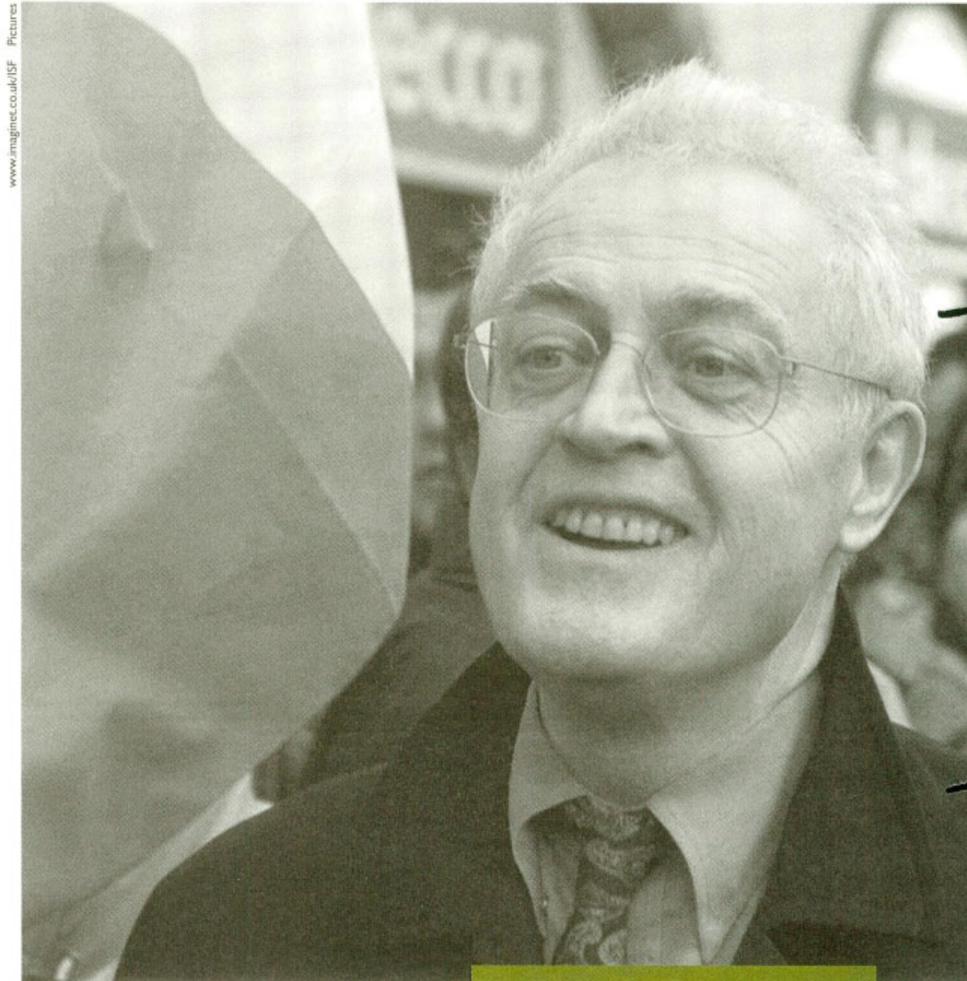
35 horas de trabalho: a expe

A lei Aubry provocou grande polêmica envolvendo patronais da França a respeito do seu caráter flex

A luta pela redução da jornada de trabalho é uma tradicional bandeira sindical, que voltou recentemente à tona como estratégia de combate ao desemprego. No Brasil, a última redução legal foi consagrada pela Constituição de 1988, que fixou a duração da jornada em 44 horas semanais. O assunto foi relançado em 2000, quando CUT, Força Sindical e CGT se uniram em torno da proposta de redução da jornada para 40 horas semanais através de uma emenda popular à Constituição. No início do ano passado, o projeto de lei número 8, de 2000, de autoria do senador Geraldo Cândido (PT/RJ), já havia proposto a redução da jornada para 35 horas semanais.

Trabalhar menos é uma reivindicação justa, que pode se reverter em resultados socialmente positivos. No entanto, a redução da jornada não é uma panacéia, capaz de resolver todos os males que atingem o mercado de trabalho, nem no Brasil nem em qualquer outro lugar do mundo. Posto que a discussão nacional é influenciada pelas experiências estrangeiras, que são frequentemente apresentadas como modelo, é importante analisá-las a fim de fornecer novos subsídios para o debate.

Uma das experiências mais recentes de redução da jornada foi a instituição das 35 horas semanais na França, por um governo composto por partidos de



www.imagineet.co.uk/JSF Pictures

O projeto do governo de esquerda de Lionel Jospin foi promulgado em 13 de junho de 1998

esquerda e comandado pelo socialista Lionel Jospin. Promulgada em 13 de junho de 1998, a lei Aubry I provocou uma grande polêmica envolvendo sindicatos e organizações patronais a respeito do seu caráter flexível ou obrigatório. Enquanto o setor patronal acusava o governo de impor autoritariamente uma redução da jornada, prejudicando

a “competitividade” das empresas francesas porque supostamente aumentaria o “custo” do trabalho, alguns sindicatos a criticavam por estimular a flexibilização e a promover a precarização das condições de trabalho.

ciência francesa em questão

indicatos e organizações
el ou obrigatório



Enquanto o setor patronal acusa o governo de prejudicar a “competitividade”, sindicatos criticam o estímulo à flexibilização e à precarização do trabalho

que explicita as condições de aplicação da lei. Seu objetivo é, portanto, incentivar as empresas a reduzir a jornada de trabalho e, para isso estabelece tanto constrangimentos^[1] quanto ajudas financeiras.

As empresas que concluem um acordo antes do fim do prazo previsto podem ser contempladas com a redução das contribuições devidas pelo patronato à seguridade social. A lei estabelece, porém, algumas condições para que as empresas tenham direito a esse benefício, por meio da definição de um número mínimo de empregos a serem criados ou preservados. Para encorajar reduções superiores à prevista pela lei, o abatimento fiscal aumenta conforme maior for o nível de emprego gerado e da jornada proporcionalmente reduzida. Os benefícios são, ainda, condicionados ao nível salarial dos empregos a serem criados, sendo mais elevados para os salários mais baixos, a fim de estimular a contratação dos assalariados menos qualificados.

O acordo de empresa pode ser assinado por qualquer sindicato, qualquer que seja a sua representatividade, e seu conteúdo pode derogar certos dispositivos do Código do Trabalho e das convenções de ramo. Assim, as horas trabalhadas a mais podem ser contabilizadas numa “poupança”^[2] e convertidas em dias de licença ou utilizadas

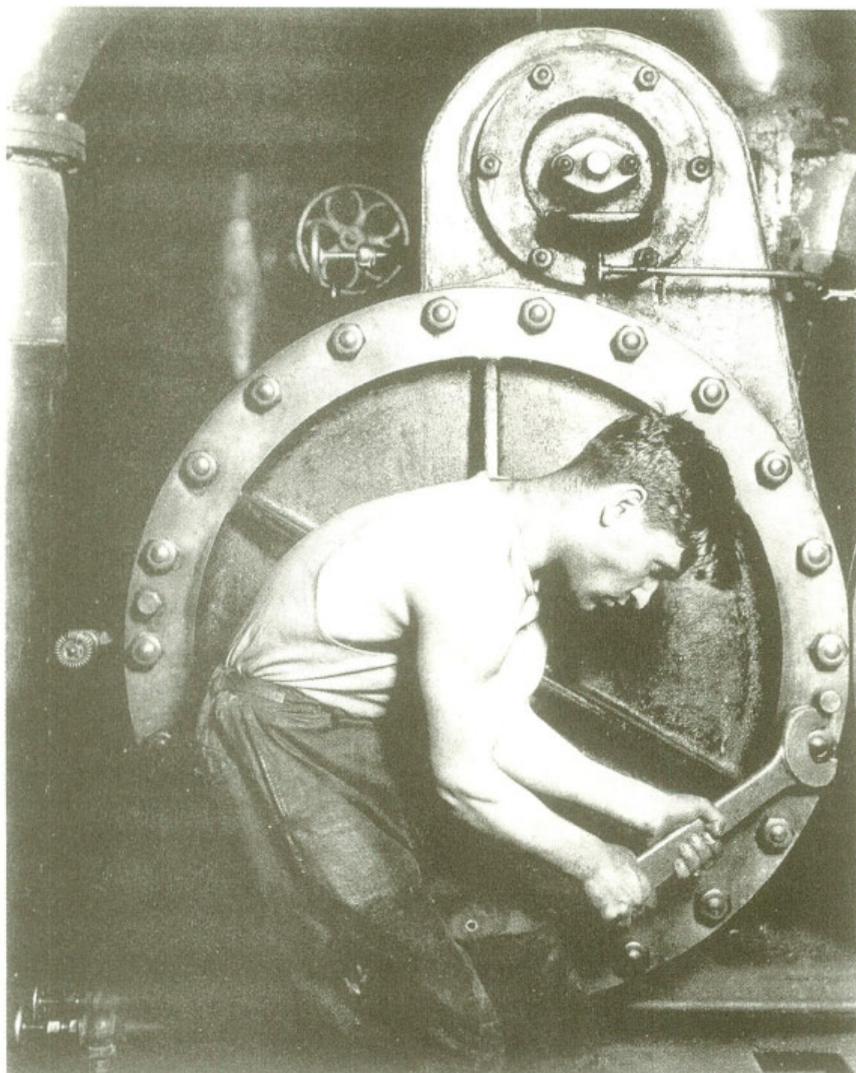
o desemprego cresça? Quais são seus impactos sobre o ritmo e as condições de vida do trabalhador? Ela permite que o trabalhador usufrua plenamente o seu tempo livre ou impõe outros constrangimentos (nas suas condições materiais de existência, na organização de seu tempo no trabalho e fora dele), que impedem o usufruto do tempo liberado?

A despeito das críticas desencadeadas pelo patronato francês, a lei Aubry se pretende incitativa e não impositiva, uma vez que exige que a passagem para as 35 horas seja definida de maneira convencional, ou seja, empresas e sindicatos devem negociar e chegar a um acordo

MEDIDAS DA LEI AUBRY

Além dos interesses diferenciados de patrões e empregados, inúmeras outras questões estão envolvidas nesse debate. Afinal, quais são os efeitos práticos da redução da jornada de trabalho? Ela aumenta o número de empregos ou apenas evita que

A lei tornou possível que a duração do trabalho fosse anualizada, o que



Lewis Hine/1920

para formação profissional. Deste modo, a lei tornou possível que a duração do trabalho fosse anualizada, isto é, adaptada ao volume de trabalho e ao ritmo da economia, o que gerou a oposição das confederações sindicais mais combativas. Além de afetar a regularidade da vida dos trabalhadores fora do trabalho, que perdem o controle sobre o uso de seu tempo privado, a lei Aubry possibilita o estabeleci-

mento de horários diferentes para empregados de uma mesma empresa, permitindo o aumento do ritmo de utilização dos equipamentos, a eliminação dos tempos mortos e o incremento da produtividade dos trabalhadores.

Promulgada em 19 de janeiro de 2000, a lei Aubry II precisou as modalidades de aplicação da lei anterior, especificando as condições para que as empresas obtenham o direito à redução das

cotizações sociais, fixando o valor das horas suplementares e a forma de cálculo para a redução dos encargos patronais^[3].

RETÓRICA PATRONAL

Além das críticas endereçadas ao governo pelos sindicatos e pelo patronato, a lei envolve outros problemas. Em primeiro lugar, como financiar a redução da contribuição patronal, ou seja, como compensar a diferença provocada no orçamento da seguridade social? Em segundo lugar, como aplicar a redução da jornada para os “cadres”^[4], contratados por “missão” e não sujeitos ao controle de seu tempo de trabalho? Em terceiro lugar, como tratar o setor público?^[5]

Apesar de todas essas questões ainda serem objeto de muita discussão, o governo francês tem avaliado positivamente o resultado da implantação das 35 horas. De acordo com um balanço realizado em 27 de novembro de 2000 pelo Ministério do Emprego e da Solidariedade, foram registrados 42.805 acordos desde junho de 1998, acordos esses que envolvem 4.607.585 assalariados e possibilitaram a criação e a manutenção de 251.915 empregos (89% dos quais correspondem a empregos gerados e 11% a empregos preservados). No entanto, ¾ dos trabalhadores ativos (estimados em 26 milhões), ainda permanece sem acordo, o que não impediu que, entre dezembro de 1999 e dezembro de 2000, o desemprego fosse

A redução da jornada é uma conquista importante do trabalhador, mas

gerou a oposição das confederações sindicais mais combativas

reduzido em 13,4%, passando a 9,2%. Mas como medir quanto dos empregos gerados pode ser atribuído à lei e quanto se deve ao crescimento econômico que a França vem registrando nos últimos três anos?

Se as estatísticas de desemprego não permitem uma avaliação definitiva das implicações das 35 horas, outros indicadores mostram que as perdas anunciadas pelo patronato não passam de retórica para obter concessões dos trabalhadores. Segundo a Dares (departamento de estudos e estatística ligado ao Ministério do Emprego e da Solidariedade), 46,3% dos acordos concluídos prevêem o congelamento dos salários dos empregados durante dois anos, enquanto que 30,4% dos acordos estabelecem uma cláusula de moderação salarial durante 30 meses.

A redução dos encargos patronais e os ganhos de produtividade proporcionados pela adoção das 35 horas fizeram mais do que compensar a alta do custo horário do trabalho provocado pela redução da jornada. Para Thomas Coutrot, “as margens de manobra oferecidas pela ‘moderação salarial’, a flexibilidade do tempo de trabalho e as reorganizações financeiras financiam amplamente o custo das 35 horas pagas 39, mesmo na ausência da exoneração de cotizações para os acordos ‘não ajudados’”^[6].

ARMADILHAS DA REDUÇÃO

A redução da jornada é uma conquista importante para o

trabalhador, mas não está livre de armadilhas. Seus efeitos dependem da forma pela qual ela é realizada e da reação sindical e patronal frente a ela. Enquanto o patronato francês se uniu em torno de um projeto de “refundação social” com o objetivo de flexibilizar as relações de trabalho, a divisão dos sindicatos impediu a adoção de uma estratégia coerente face à lei: enquanto a CFDT aceita a flexibilização como contrapartida a uma menor duração do trabalho, a FO considera a redução da jornada como uma maneira de aumentar o salário por meio das horas extras e a CGT insiste na criação de empregos.

Por si só, a redução da jornada não é suficiente para que a duração efetiva do trabalho diminua ou para assegurar que seus resultados sejam positivos para os trabalhadores. A individualização da duração do trabalho pela qual a experiência francesa vem sendo acompanhada desagrega as identidades coletivas, destrói solidariedades e desarma os sindicatos para enfrentar as estratégias patronais de flexibilização e intensificação do trabalho. Trata-se, para parafrasear Coutrot, do mau uso de uma boa idéia.

NOTAS

¹ A exemplo da majoração das horas extras que, desde o início de 2000, passaram a ser contadas a partir da 36ª hora de trabalho para as empresas com mais de 20 empregados, estando fixado o prazo de 1º de janeiro de 2002 para as

demais empresas. Para maiores informações sobre as 35 horas, consultar os dossiês elaborados pelas revistas: *Futuribles* n° 237, 1998; *Droit Social* n° 12, 1999; *Travail et Emploi* n° 82 e 83, 2000.

² Instituída em 1994, a conta “*epargne-temps*” é um mecanismo semelhante ao “banco de horas” inaugurado pelos metalúrgicos do ABC, em que o trabalhador “deposita” o tempo trabalhado a mais e recebe seu “crédito” em dias de repouso. A lei Aubry permite que essa “conta” seja alimentada pelos dias trabalhados a mais no caso de acordos de redução que prevêm modulação da jornada, e que o trabalhador utilize o “saldo” a que tem direito num período de cinco anos.

³ A segunda lei eliminou os percentuais mínimos de empregados a serem contratados como contrapartida à concessão do auxílio financeiro. Nesse sentido, é um retrocesso não só em relação à primeira lei, como em relação à lei Robien, promulgada em 1996 sob um governo de direita.

⁴ Categoria profissional bastante heterogênea, que compreende os assalariados situados nos postos mais altos da hierarquia, como os dirigentes das empresas, e empregados administrativos do escalão inferior, como os chefes de serviço.

⁵ Embora a lei não faça referência aos funcionários públicos, sindicatos e governo iniciaram uma série de negociações, que têm fracassado diante da recusa do governo a aceitar a criação de empregos. Embora a lei obrigue o setor privado a contratar, o governo francês recusa-se a fazer o mesmo em nome da limitação do gasto público, alegando a necessidade de obedecer às diretrizes da União Européia.

⁶ “35 heures, marchés transitionnels, droits de tirage sociaux. Du mauvais usage des bonnes idées...”. *Droit Social* n° 7/8, 1999.

não está livre de armadilhas do patronato

Andréia Galvão é doutoranda em ciências sociais pela Unicamp/SP

O tempo livre para viver

Escrito em 1880, “O direito à preguiça”, de Paul Lafargue, é um texto revolucionário que mantém vigor e atualidade. Foi publicado pela primeira vez no jornal socialista *L'égalité*, numa série de artigos entre 16 de junho e 04 de agosto do mesmo ano. Reeditado este ano, ganhou uma rica introdução escrita por Marilena Chaui, na qual ela nos apresenta o autor, o contexto no qual o texto foi escrito e discute as principais idéias levantadas por Lafargue. Faz ainda uma feliz comparação entre o texto de Lafargue e o livro de Viviane Forrester, *O horror econômico*.

“O direito à preguiça” é uma crítica contundente à ideologia do trabalho na economia capitalista. Ao fazer a denúncia do trabalho alienado e a crítica ao trabalho assalariado, Lafargue procura mostrar aos trabalhadores que são eles os produtores do capital. Indica que este sistema gera superprodução, que, como esclarece Chaui, é “um excesso de mercadorias continuamente lançadas no mercado, que os burgueses, sozinhos, não têm como consumir e que o proletariado está proibido de consumir porque seu salário e as horas de sua vida inteira gastas nessa produção não lhes dão direito a elas”.

Lafargue defende o uso racional das máquinas, pois, com elas a jornada de trabalho poderia ser reduzida, de acordo com seus cálculos, a três horas diárias, e o ano de trabalho poderia durar apenas seis meses. Esta proposta teria como objetivo fazer com que os operários comecem a praticar “as virtudes da preguiça”, que seriam: o prazer da vida boa



O direito à preguiça
Paul Lafargue.
Introdução: Marilena Chaui. Editoras Hucitec e Unesp, São Paulo, 2000

POR ANTONIA RANGEL

(festas, danças, música, sexo, ocupação com as crianças, lazer e descanso) e o tempo para pensar e desfrutar da cultura, das ciências e das artes. Isto resultaria no desenvolvimento dos conhecimentos e da capacidade de reflexão, que levaria o proletariado a compreender as causas reais de sua situação e a necessidade histórica de superá-la numa sociedade nova.

Mas para que isso acontecesse seria necessário que os proletários não mais se deixassem dominar pela religião do trabalho e pelo dogma de uma burguesia ociosa e consumista, que afirma ser o trabalho fonte de todas as virtudes, quando, na realidade, é a causa de todas as misérias da classe operária, miséria que cresce na proporção direta ao crescimento da riqueza por ela produzida. Recorrendo à história dos povos antigos e aos textos de seus filósofos e legisladores, Lafargue escreve sobre o desprezo

dos antigos pelo trabalho e o elogio ao ócio.

Lembra que se esses pensadores preconizavam a escravidão em função das condições econômicas e políticas da época. E transcreve um pensamento de Aristóteles, no qual ele sonha com a possibilidade de cada instrumento poder executar sua função própria sem ser mandado, o que permitiria ao senhor não mais precisar de escravos. E escreve: “O sonho de Aristóteles é nossa realidade... No entanto, a mente dos grandes filósofos do capitalismo continua dominada pelo preconceito do assalariado, a pior das escravidões. Ainda não entendem que a máquina é: o redentor da humanidade”.

Infelizmente esse entendimento ainda não foi possível. E, como escreve Chaui, “longe, portanto, de o direito à preguiça ter sido superado pelos acontecimentos, é ele que, numa sociedade que já não precisa da exploração mortal da força de trabalho, pode resgatar a dignidade e o auto-respeito dos trabalhadores quando, e, em lugar de se sentirem humilhados, ofendidos e culpados pelo desemprego, se erguerem contra os privilégios da apropriação privada da riqueza social e contra a barbárie contemporânea porque podem conhecê-la por dentro e aboli-la. Lutarão, não mais pelo direito ao trabalho, e sim pela distribuição social da riqueza e pelo direito de fruir de todos os seus bens e prazeres”.

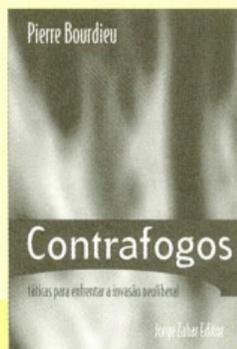
Antônia Rangel é mestre em história e membro da coordenação nacional do CES

Libelo contra o neoliberalismo

Neste livro, o autor reúne um conjunto de ensaios, todos escritos nos anos 90, que tratam de temas candentes da conjuntura mundial – entre eles, relação de poder, neoliberalismo, desemprego estrutural, crise do *Welfare State* e precarização das condições de vida e trabalho. Fala ainda de televisão, jornalismo e política... e do movimento dos desempregados na França, que Bourdieu, com um grupo de intelectuais, vem animando e apoiando diretamente.

O livro impressiona pela clareza, linguagem simples e didática leve, sobretudo para quem está habituado a lê-lo em outros trabalhos de estilo hermético e complexo. Para quem não o conhece, Bourdieu – embora tenha sofrido influência do pensamento de Marx e de alguns pensadores marxistas, além de Weber e Durkheim – não é marxista e nem revolucionário. Mas, ao contrário de parte de sua obra, *Contrafogos* é um libelo crítico ao que se convencionou chamar de neoliberalismo, globalização, mundialização.

Segundo o autor, o neoliberalismo é um programa de destruição metódica da coletividade. Os cerca de 45 milhões de desempregados na Europa, os 2 bilhões de excluídos no planeta e a crescente precarização do trabalho são os indicadores mais expressivos dessa lógica perversa e destrutiva do capital. Diante desse quadro, a ideologia neoliberal procura expressar o ideário “pensamento único” e aparece como uma ofensiva jamais vista, imposta aos trabalhadoras dos países centrais, mas sobretudo aos povos dos países periféricos.



Contrafogos – táticas para enfrentar a invasão neoliberal
Pierre Bourdieu,
Jorge Zahar Editor,
Rio de Janeiro, 1998

POR JOSÉ DE LIMA SOARES

Por outro lado, ouve-se por toda parte, na mídia dominante – e aí reside a força do discurso dominante – o mito de que não há como se contrapor e nem é possível qualquer oposição ao neoliberalismo. Já que não há alternativa, resta apenas a resignação! Ao se opor terminantemente a essa idéia – de quem já se rendeu ao capital e bateu em retirada –, o autor arremessa um torpedo ao afirmar que se esse fato ocorre porque “há todo um trabalho de doutrinação simbólica do qual participam passivamente os jornalistas ou os simples cidadãos e, sobretudo, ativamente, um certo número de intelectuais”.

Ao final, Bourdieu dá a palavra ao movimento dos desempregados, que considera um “acontecimento único, extraordinário”, um “milagre social”, com suas marchas de protestos pela Europa, ocupações de instituições, etc.. “A primeira conquista desse movimento é o movimento em si,

a sua própria existência: ele arranca os desempregados, e com eles todos os trabalhadores precários, cujo número cresce dia a dia, da inviabilidade, do isolamento, do silêncio, em suma da inexistência. Reaparecendo em plena luz, os desempregados reconduzem à existência e a um certo orgulho todos os homens e mulheres que, como eles, o não-emprego condena habitualmente ao esquecimento e à vergonha. Mas eles lembram sobretudo que um dos fundamentos da ordem econômica e social é o desemprego em massa e a ameaça que ele faz pesar sobre todos os que ainda dispõem de um trabalho”.

A lição que se tira do livro *Contrafogos* é que os trabalhadores não podem se render à lógica perversa e destrutiva do capital e nem muito menos à ideologia reacionária neoliberal. Outro ensinamento é que os trabalhadores devem buscar o caminho da unidade, da solidariedade e da luta com vistas à construção de uma nova sociedade – “para além do capital”, mais fraterna e igualitária. Longe da barbárie capitalista! Aqui aparece manifestamente expressa, na abordagem do autor, a idéia da solidariedade internacional de todos explorados. É assim que o livro deve ser visto, como um libelo instigante, agudamente crítico do neoliberalismo e das mazelas produzidas pelo capitalismo mundial. Por tudo isto, o livro vale a pena!

José de Lima Soares foi militante da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, é mestre em sociologia pela Unicamp/SP, doutorando pela UnB, professor de sociologia na UCB e autor do livro *Sindicalismo na ABC paulista: reestruturação produtiva e parceria*

Cumprimentamos os editores da revista **Debate Sindical** pela inestimável contribuição à luta concreta dos trabalhadores contra a exploração do capital, através da divulgação e do debate aberto dos principais temas que fazem parte da vida e da história do movimento sindical. A abordagem dos acontecimentos sociais e políticos do país e do mundo, com abertura para as opiniões de diferentes correntes de pensamento, enriquece a reflexão e aprimora a consciência de dirigentes e militantes do movimento sindical no árduo enfrentamento à onda neoliberal. Estes fatores elevam a revista à condição de referencial teórico e de informação.

Abgail Pereira

Presidente do Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Caxias do Sul/RS e diretora de políticas sociais da CONTRACS

Parabéns pelos 15 anos de existência da revista e pela grande contribuição dada ao sindicalismo. A publicação da **Debate Sindical** fomenta uma grande discussão sobre temas atuais para os dirigentes sindicais e para as pessoas interessadas neste meio. Li com muito interesse, na última edição, a questão da redução da jornada de trabalho e a matéria sobre o falso conceito da globalização, importantes para o dia-a-dia do meio sindical e para enriquecer o discurso sindical de luta.

Alessandro Pickcius
Diretor financeiro do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina (Sinjusc)

Gostaria de cumprimentar os editores da revista **Debate Sindical** pela qualidade e importância dos assuntos e temas abordados. Consequentemente, cumprimento os articulistas e colaboradores, pois estão conseguindo chegar ao leitor e promover inquietações e interesse pelos assuntos. Ser assinante da revista tem permitido o acompanhamento detido dos artigos e diferentes posicionamentos dos autores sobre os diversos assuntos abordados. Além de utilizar-me da revista durante as minhas aulas, tenho indicado para os meus orientandos e demais pesquisadores sobre a temática sindical e operária que leiam os artigos e que sejam assinantes.

Antonio Thomaz Júnior

Geógrafo, professor do departamento de geografia da Unesp/Presidente Prudente e coordenador do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGet) e do Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical Florestan Fernandes (CEMOSi)

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-los pelo excelente trabalho desenvolvido com a revista **Debate Sindical**, que está ficando cada vez melhor!

Onde posso, estou divulgando a revista, não só pela importância dos temas, mas também pela pluralidade de idéias que tem expressado ao longo dos anos. Em segundo lugar, estou enviando uma resenha para publicação. Caso haja interesse, em seguida enviarei outros artigos.

José de Lima Soares

Professor de sociologia da Universidade Católica de Brasília

Desejaria saber as condições para realizar uma assinatura da **Debate Sindical** a partir da Argentina. Ao mesmo tempo, estamos enviando os números 1 e 2 do "Observatório Social da América Latina" (OSAL), que é o novo projeto do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso) sobre os conflitos sociais na América Latina e Caribe. Gostaríamos que vocês difundissem a existência desta nova publicação em sua revista.

Emilio Taddei

Coordenador Acadêmico do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso)

CARTAS

Essa seção está aberta à contribuição dos leitores da **Debate Sindical**. As opiniões, críticas e sugestões podem ser enviadas por correio, fax (0XX11/289-1496) ou correio eletrônico (ces@ces.org.br). Solicita-se que os textos sejam concisos e contenham nome completo e endereço do autor. Por uma questão de espaço, a revista reserva-se no direito de publicar trechos das cartas.

CRÍTICA marxista

Revista de difusão e discussão da produção intelectual marxista em sua diversidade, bem como de intervenção no debate e na luta teórica.

No número 12, a ser lançado em meados de abril, **CRÍTICA MARXISTA** estará publicando, entre outras, as seguintes matérias:

João Quartim de Moraes Contra a canonização da democracia;
Catherine Colliot-Thelène Habermas, leitor de Marx e de Max Weber
Armando Boito Jr. Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores
Guillermo Foladori O Metabolismo com a natureza – marxismo e ecologia
Resenhas e comentários de livros importantes sobre política e socialismo são publicados neste número.

Informações sobre a revista (loais de venda, objetivos, edições anteriores etc) podem ser obtidos no site www.unicamp.br/cemarx. Publicação de BOITEMPO Editorial Telefone: 0xx11-3865-6947

FILMES

MANOEL RANGEL

O mandato social do cinema

Houve um tempo em que o cinema respirou a revolução por todos os poros. Cheios de esperança na humanidade, vitoriosa na luta contra o nazifascismo, e certos de que o cinema tinha a função de apontar caminhos, os cineastas lançaram-se ao desafio de realizar filmes que não deixassem pedra sobre pedra do tempo que a Guerra parecia encerrar.

A revolução visitou então o amor, a aristocracia e a burguesia européias, o sertão brasileiro, as favelas, a tragédia do subdesenvolvimento na América Latina, a luta operária – e, sobretudo, impregnou-se no modo de filmar, onde cada autor se fez um estilo, e o cinema americano pareceu perder o chão. Os cineastas portavam-se como detentores de um mandato social.

Ken Loach, filho de operários ingleses, começou a filmar no fim desta era e manteve a noção do mandato social. Se seus filmes nunca primaram pela revolução estética, eles fizeram um mergulho radical na realidade social e política inglesa e mundial, com uma clara opção internacionalista.

UMA CANÇÃO PARA CARLA (1997)

Dez anos após a vitória eleitoral dos “contras” na Nicarágua, Loach visita a revolução sandinista e o esforço popular para torná-la vitoriosa. O filme acompanha um trabalhador escocês que chega à Nicarágua junto com Carla, exilada em Glasgow, que precisa acertar contas com o seu passado. George nada sabia do que acontecia ali e

indigna-se com a guerra dos “contras”, apoiados pela CIA.

Uma Canção para Carla reaviva a memória internacional para as operações terroristas dos EUA em todo o mundo, e valoriza o esforço sobre-humano dos nicaraguenses para construir uma nação independente. Mais, ele alerta os trabalhadores para a necessidade de superar a alienação do mundo, seja sobre um país pequenino desafiando o império, seja sobre a economia e a política do seu próprio país.

PÃO E ROSAS (2000)

Em *Pão e Rosas*, Loach dirige suas baterias contra o mito da democracia americana. Acompanhando a vida dos imigrantes nos EUA, o filme concentra-se na luta dos trabalhadores e nos mecanismos utilizados com o objetivo de limitar os seus direitos e cercear sua organização. O mito da democracia rui diante do trato aos imigrantes, do cerceamento da organização sindical, da violência policial e da hipocrisia do patronato americano.

O filme aposta na capacidade de luta dos trabalhadores organizados. Não importa que devam enfrentar a retaliação dos patrões, ou que as perdas se acumulem e o sindicato adote a “política de resultados” decidindo que brigas comprar pelas chances de obter um acordo com o patrão. Ken Loach reafirma que o único caminho para a vitória é a luta.

Manoel Rangel é cineasta e diretor adjunto da revista de cinema *Sinapse*. Correio eletrônico: rangnetta@usp.br

INTERNET

GIOVANNI ALVES

LABOURSTART

www.labourstart.org

O site “Labourstart” é uma das mais interessantes propostas de utilizar a Internet como instrumento de informação e serviços voltados para sindicalistas ao redor do mundo – principalmente países de língua inglesa. Ele é coordenado por Eric Lee, sindicalista americano, especialista no uso da Internet para comunicação e educação e editor do “*Workers’ Education*”, jornal da Federação Internacional das Associações de Trabalhadores da Educação. É possível “baixar” no site, gratuitamente, o texto integral de seu último livro – *Internet belongs to everyone* (“A Internet pertence a todos”), editado em 2000.

O “Labourstart” oferece uma série de recursos de busca de informações diárias sobre o movimento sindical em vários países do mundo. Conta com cerca de 96 correspondentes voluntários ao redor do mundo. Possui versão em holandês, norueguês e esperanto (com recursos de tradução para 24 idiomas). O site tem dado amplo apoio à organização dos trabalhadores da Internet, como aos da empresa *Amazon.com*, que lutam pelo direito à sindicalização nos EUA. Além das notícias do dia, é possível acessar o arquivo de notícias de 1999-2000 e outros serviços, tais como relação de *webpages* sindicais, uma livraria e uma série de recursos de comunicação – que procuram, é claro, tornar realidade um novo internacionalismo do trabalho.

Giovanni Alves é doutor em ciências sociais e professor da Unesp/Marília.
Correio eletrônico: giovanni.alves@uol.com.br

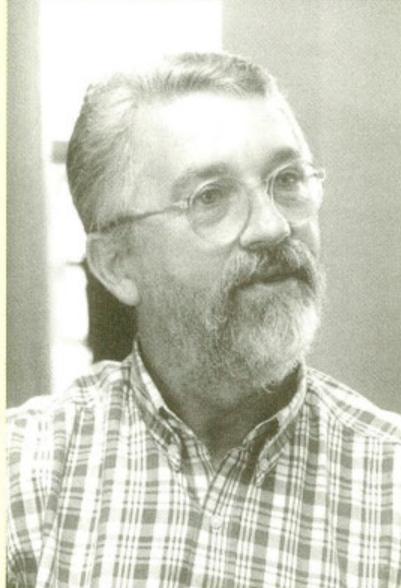
O Fórum Social, o FGTS e os “radicais”

Dizem os adeptos do pensamento único – o esbulho neoliberal – que a luta de classes perdeu o sentido e que insistir num mundo alternativo é viver de ilusões. Ora, não só a luta de classes está viva, como nem de longe um outro mundo, diferente desse que enriquece uns poucos e condena a grande maioria à miséria, está longe de nossos horizontes. Dois recentes episódios comprovam esta tese: a realização do Fórum Social Mundial e as negociações com o governo sobre o pagamento da dívida de R\$ 43 bilhões da correção do FGTS.

Se por um lado, lideranças de várias matizes políticas de todas as partes do mundo, críticas ao tal neoliberalismo, apontaram a possibilidade de um novo mundo baseado num novo modelo político e econômico, de outro, a mobilização dos trabalhadores na defesa de seus direitos, como essa do FGTS, demonstrou ainda ter muito fôlego. E se, neste caso, o governo não apresentar logo uma proposta decente, não haverá quem segure os trabalhadores.

“PLANO DANTON”

Acusar a CUT e os sindicatos de radicais não soa bem, além de ser contraditório. Afinal, quando é para salvar bancos ou empresas à beira da falência, o governo



Quando é para salvar bancos, o governo FHC apressa-se em liberar recursos

apressa-se em liberar recursos. Mas, quando é para honrar dívidas com os trabalhadores, a coisa muda de figura. Há quase cinco meses o governo comprometeu-se em estender a todos os trabalhadores o pagamento das contas do FGTS expurgadas nos planos Verão e Collor, mas, até agora, sequer apresentou uma proposta.

Como a negociação com mobilização sempre foi e sempre será um princípio do sindicalismo cutista, há algum tempo nos preparamos para enfrentar o governo no caso do FGTS. Fomos à Brasília apresentar nossa proposta e, ao mesmo tempo, organizamos manifestações pelo país. Durante esse período, várias propostas absurdas foram colocadas à mesa: títulos públicos,

ações de estatais, terras da União, aumento do percentual referente à multa sob a rescisão contratual, etc. Propostas de um “plano Danton”, em que os trabalhadores entram com o pescoço e o governo, empresários e banqueiros, com a guilhotina.

PAGAMENTO IMEDIATO

O entendimento do processo e a proposta da CUT são claros. A responsabilidade pelo ressarcimento é da União e a central não aceita como pagamento outra coisa a não ser dinheiro depositado na conta de cada trabalhador. A proposta visa o pagamento imediato aos trabalhadores, cujos valores a serem recebidos sejam equivalentes a até 20 salários mínimos, aos demitidos sem justa causa, aos aposentados, aos desempregados ou para abater prestações da casa própria. Isso significaria liquidar a dívida com 91,18% das contas. O restante, pagos em 2002/03.

A lógica da proposta da CUT é proporcionalmente inversa às que foram colocadas na mesa até agora. Enquanto elas penalizam os trabalhadores, a CUT quer a participação dos maus pagadores, daqueles que demitem em excesso, que lucram em demasia, que só especulam e nada produzem. Chega! Agora é hora dos sindicatos irem às ruas. É possível sim, um novo Brasil. Justo e solidário. Mas, que uma coisa fique bem clara; radicalismos à parte, a CUT jamais abrirá mão dos interesses dos trabalhadores.

João Felício é presidente nacional da CUT

Campanha salarial ao pé da letra

região petrolífera, penetra nas caldeiras quentes a fim de consertá-las ou enfrenta os incêndios dos poços de petróleo para os apagar.

salamanta. S. f. Bras. Reptil ofídio, boídeo (*Epicrates cenchria* (L.)), de coloração geral castanha, com manchas negras oclares nos flancos e comprimento de até 2 m. Alimenta-se de aves e doutros pequenos animais. [Sin.: *guaçubóia*, *jibóia-vermelha*.]

salame¹. S. m. Enchido (3) de origem italiana feito de carne de porco picada, pequenos cubos de toucinho e pimenta em grãos, e que se come frio.

salame². S. m. Salamaleque.

salaminho. S. m. Variedade de salame¹ acondicionado em tripa fina e curta.

salão¹. S. m. 1. Grande sala. 2. Exposição periódica ou anual, especialmente de obras de artistas plásticos, de novos modelos de diversas indústrias, etc. 3. Certo tipo de estabelecimento comercial aberto ao público. 4. Fig. Reunião de pessoas de sociedade, artistas, intelectuais, etc. 5. Bras. Barbearia (1) ou cabeleireiro (2).

salão². S. m. 1. Terreno arenoso ou barrento; solão. 2. Fundo arenoso cheio de limo. 3. Bras. Terreno impermeável por causa de uma camada pedregosa.

salarial. Adj. 2 g. Bras. Relativo a salário.

salário. S. m. 1. Remuneração, normalmente em dinheiro, devida pelo empregador, em face do serviço do empregado. 2. Restr. Remuneração do trabalho prestado por operários horistas ou diaristas. 3. Recompensa de serviços. 4. Salário mínimo. ♦ **Salário mínimo**. Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei.

Fonte: Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa

campainhar (a-i). V. int. Fazer soar campainha.

campal. Adj. 2 g. 1. Pertencente ou relativo ao campo. 2. Diz-se da batalha travada em campo raso. ♦ S. m. 3. Bras., MT. Trecho de campo situado no meio do mato.

campana. S. f. 1. Sino, campainha. 2. Luva (4) de manilha. 3. Arquit. Corpo do capitel coríntio ou compósito, que tem o formato de um sino invertido.

campanado. Adj. V. Campanuláceo (1).

campanário. S. m. 1. Parte aberta da torre de igreja, onde estão os sinos. 2. Torre de sinos. 3. P. ext. A freguesia, a aldeia dotada de igreja com campanário.

campanha. S. f. 1. Campo (2) extenso; planície. 2. Mil. Série de operações militares que visam à consecução de um objetivo definido, em determinada época, numa mesma área geográfica. 3. Mil. Conjunto de operações militares que constituem uma fase distinta de determinada guerra. 4. P. ext. Conjunto de ações, de esforços, para se atingir um fim determinado.

campaniforme. Adj. 2 g. V. campanuláceo (1).

campanil. S. m. Liga metálica própria para sinos.

campanólogo. S. m. Aquele que toca peças de música em sinos, campainhas ou copos afinados.

campanudo. Adj. 1. Que tem forma de campa. 2. Fig. Pomposo, enfático, bombástico.

campânula. S. f. 1. Qualquer objeto em forma de sino. Espécie de redoma usada para isolar...

Com a
Século
sua campanha
ganha
Força e
sai do
Papel.

Século Comunicação Integrada

Telefone: (0--11) 3644-6928 - Fax: (0--11) 3641-8530

Internet: www.seculonet.com.br - Endereço eletrônico: seculo@seculonet.com.br

Planejamento Estratégico - Identidade Visual - Cartazes - Folders - Jornais e Boletins
Editais e anúncios - Outdoors - Inserções em Rádio e Televisão - Assessoria de Imprensa



www.estudantenet.com.br

**EDUCAÇÃO
NÃO É UMA
QUESTÃO
DE CONSUMO**



**REDUÇÃO DAS
MENSALIDADES JÁ!**

Contra a política educacional do MEC